

ÍNDICE

ENQUADRAMENTO E ANÁLISE DA ATIVIDADE MUNICIPAL

1 - Anexos às Demonstrações Financeiras

- 1.1 - Identificação município
- 1.2 - Legislação (constituição orgânica e funcionamento)
- 1.3 - Estrutura organizacional efetiva
- 1.4 - Descrição sumária das atividades
 - Execução PPI
 - Execução PA
- 1.5 - Gestão de Pessoal
 - Estrutura
 - Evolução do número de trabalhadores por tipo de vínculo
 - Média de idades e distribuição por género
 - Habilitações literárias
 - Estrutura profissional
 - Formação
- 1.6 - Organização contabilística
 - Outros elementos da conta
 - Acréscimos e diferimentos
- 1.8 - Outras informações relevantes

2 - Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados

- 2.1 - Derrogações
- 2.2 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam
- 2.3 - Critérios valorimétricos utilizados
- 2.4 - Cotações de resultados originariamente expressos em moeda estrangeira
- 2.5 - Situações em que o resultado do exercício foi afetado
- 2.6 - Comentário às contas
- 2.7 - Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado, constantes do balanço e nas respetivas
 - Quadro Ativo Bruto
- 2.8 - Descrição do ativo imobilizado
 - Amortizações do exercício e acumuladas
- 2.9 - Custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações e que
- 2.10 - Diplomas legais nos termos em que se baseou a realização dos bens de imobilizado
- 2.11 - Quadro discriminativo das reavaliações
- 2.12 - Imobilizações corpóreas e em curso
- 2.13 - Bens utilizados em regime de locação financeira
- 2.14 - Bens de imobilizado
- 2.15 - Identificação dos bens de domínio público que não são objeto de amortização
- 2.16 - Entidades participadas
 - Entidades societárias
 - Entidades não societárias
- 2.17 - «Títulos negociáveis» e «Outras aplicações de tesouraria»

- 2.18 - Discriminação da conta «Outras aplicações financeiras», com indicação, quando aplicável, da natureza,
- 2.19 - Indicação global, por categorias de bens, das diferenças, materialmente relevantes, entre os custos de
- 2.20 - Atribuição de valor inferior – Ativo circulante
- 2.21 - Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante
- 2.22 - Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros
- 2.23 - Valor global das dívidas ativas e passivas respeitantes ao pessoal da autarquia local
- 2.24 - Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com indicação dos
- 2.25 - Dívidas ao Estado em situação de mora
- 2.26 - Garantias e cauções prestadas
- 2.27 - Provisões acumuladas
- 2.28 - Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5
- 2.29 - Custo de mercadorias e de matérias-primas
- 2.30 - Demonstrações das variações de produção
- 2.31 - Demonstração de Resultados
- 2.32 - Demonstração de Resultados Financeiros
- 2.33 - Demonstração de Resultados Extraordinários

3 - Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução

- 3.1 - Evolução do orçamento
- 3.2 - Análise geral
- 3.3 - Receita
- 3.4 - Receitas correntes
- 3.5 - Receitas de capital
- 3.6 - Despesa
- 3.7 - Despesas correntes
- 3.8 - Despesas de capital
- 3.9 - Grandes Opções do Plano
- 3.10 - Contratação Administrativa
- 3.11 - Transferências e subsídios
- 3.12 - Aplicação de ativos de rendimento fixo e variável
- 3.13 - Endividamento líquido
- 3.14 - Pagamentos em atraso

4 - Evolução da Situação Financeira e Económica

- 4.1 - Evolução da Estrutura – Análise do Balanço

5 - Aplicação de Resultados

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REGULAMENTOS

ENQUADRAMENTO E ANÁLISE DA ATIVIDADE MUNICIPAL



O Executivo Municipal apresenta, nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, os **DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS** relativos à Gerência correspondente ao exercício financeiro do ano de 2018.

A concretização das Grandes Opções do Plano (GOP's) e do Orçamento do Município (OM), contendo as orientações políticas fundamentais, a estratégia de desenvolvimento local, os programas, projetos e principais ações que a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo intentava realizar em 2018, primeiro ano do mandato 2017/2021, ocorreu, ainda, sob a influência determinante da situação vivida em Portugal nos últimos anos, marcada pela aplicação de medidas de austeridade.

Este enquadramento foi, aliás, publicamente assumido, afirmando o Programa de Trabalho como um compromisso para cumprir, mas condicionando-o, expressamente, **“ao quadro de constrangimentos provocados pelas consequências da política de austeridade sentidas nos últimos anos no país, com consequências também contra o Poder Local Democrático, limitando fortemente a sua autonomia e a sua capacidade de resposta às populações”** (1).

Foram afirmados como grandes desafios estratégicos para o concelho no horizonte temporal do atual mandato autárquico e dos próximos anos: o relançamento das dinâmicas de investimento produtivo; a estruturação e desenvolvimento do cluster agroalimentar/desenvolvimento rural e a dinamização da economia urbana em torno da cultura e do Património, assentes na renovação dos modelos de governação e gestão territorial, tal como perspetivados na Carta Estratégica Montemor-o-Novo 2025.

Sendo certo que as políticas municipais intervêm ao nível da qualificação das áreas de localização empresarial e da promoção do território, para a atração de investidores, e que Montemor-o-Novo tem concretizado intervenções relevantes em matéria de reabilitação urbana, com forte investimento público, será sempre determinante para o concelho a criação de emprego e o reforço do investimento e do setor produtivo. E tal só é possível como uma política nacional que assuma este caminho.

A intervenção do Poder Local foi, nos últimos anos e ainda em 2018, com a situação vivida em Portugal, marcada pelo reflexo da aplicação de medidas de austeridade.

Medidas que tiveram reflexos negativos na intervenção e resposta do Poder Local às necessidades da população: a quebra do investimento público municipal; a limitação e mesmo a impossibilidade de contratação de pessoal; as dificuldades na gestão e funcionamento dos serviços municipais, através da inadmissível ingerência do governo na organização dos serviços e na limitação dos cargos dirigentes dos municípios; a asfixia da atividade desportiva, cultural e recreativa e do trabalho com o movimento associativo e os agentes do território.

Ainda assim, a construção e a gestão dos documentos previsionais para 2018, em Montemor-o-Novo, coincidiu com o terceiro Orçamento de Estado de uma nova fase da vida política nacional, que deu novos passos no caminho de reposição, defesa e conquista de direitos e de rendimentos usurpados.

A verdade, porém, é que a situação nacional, a dimensão dos problemas acumulados, a resposta estrutural necessária, não encontraram uma solução plena nesse Orçamento de Estado, amarrado a opções e compromissos que limitaram e impediram uma resposta mais substantiva aos problemas estruturais do País.

O Orçamento do Estado para 2018, foi fortemente condicionado pelas imposições da União Europeia, pelos interesses do grande capital financeiro, e isso traduziu-se num nível de investimento público incapaz de assegurar o desenvolvimento do País.

Para trás ficaram, no que às autarquias diz respeito, a valorização do trabalho e dos trabalhadores, nomeadamente a revogação das normas gravosas da legislação laboral da Administração Pública,

designadamente a caducidade da contratação coletiva e a reposição do tratamento mais favorável aos trabalhadores, bem como a reposição de direitos entretanto postos em causa. Também a realidade salarial continuou a condicionar fortemente a qualidade de vida dos trabalhadores das Autarquias.

Por outro lado, a Lei das Finanças Locais não repôs, apesar de algumas alterações positivas, a capacidade financeira das Autarquias e os valores que em anos sucessivos lhes haviam sido retirados.

Ao mesmo tempo, 2018 ficou marcado por um denominado “processo de transferência de competências”, sem regras definidas, sem discussão do que transferir e dos meios humanos, recursos financeiros e património adequados ao desempenho de tais funções, sem subordinação a uma ótica de melhor e mais eficaz resposta aos direitos, aspirações e necessidades das populações.

Processo que não garante o desenvolvimento estrutural do país e o acesso de todos os cidadãos em plano de igualdade aos bens e serviços constitucionalmente garantidos nos domínios económico, social e cultural; que não defende o serviço público nem combate a sua privatização, quer direta quer indireta; que quer reconfigurar o Estado; que quer descaraterizar o Poder Local tal como o concebe a Constituição da República.

Foi neste contexto que a gestão da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, em unidade com os trabalhadores da Autarquia, em sintonia com as autarquias de freguesia e com as populações, numa ação congregadora e participada, defendeu e promoveu o Poder Local de Abril, no ano de 2018.

Situação económica e social do Concelho

Montemor-o-Novo tem visto a sua população residente diminuir, prosseguindo o que já se vinha verificando desde a década de 60, na última década perdeu 8% de habitantes, apesar desses dados, a população do Concelho representa 10,3% da população do Alentejo Central (INE- 2017).

De acordo com as últimas estimativas do INE, entre 2001 e 2017, a região perdeu mais de 62 mil habitantes (cerca de 12%), revelando não apenas uma contínua diminuição da população residente na região, como também uma aceleração dessa diminuição. Não há exceções regionais ou concelhias para esta quebra demográfica, no século XXI, todos os concelhos, com exceção de Sines, perderam população. De um modo geral, o período de 2011 a 2017 parece ter sido particularmente negativo para a região.

Nos últimos anos, a retoma da emigração, principalmente de jovens, em conjunto com a queda da natalidade e o adiamento da parentalidade, devido à significativa degradação das condições de vida,

teve como consequência uma população cada vez mais envelhecida (índice de Envelhecimento do concelho – 274,4, INE-2017) e dependente.

Contudo, o Concelho de Montemor-o-Novo apresenta um saldo positivo na relação atração/repulsão residencial, embora insuficiente, para compensar a perda resultante do crescimento natural negativo.

A capacidade de atração concelhia (7%) foi superior à envolvente regional (5% na Região Alentejo, 4% no Alentejo Central e 6% no concelho de Évora), sendo que a distribuição do crescimento populacional por freguesia sugere que a atratividade residencial identificada se concentra na Cidade.

A escassez de população em idade jovem (Com menos de 15 anos em 2017, 1728, INE), mais do que o elevado peso da população idosa (Com 65 ou mais anos em 2017, 4741, INE), determina uma extrema dificuldade futura na renovação dos quantitativos populacionais do Concelho. **A criação de emprego, no sentido de conseguir criar uma dinâmica imigratória positiva, constitui uma das principais prioridades do concelho, a encarar nos próximos anos.**

Em 2016, a taxa de atividade em Portugal era de 58,4%. Em Montemor-o-Novo este indicador era de 51,4%, semelhante ao verificado no Alentejo e no Alentejo Central 55,5% e 52,9% respetivamente, principalmente derivado ao envelhecimento populacional regional.

A distribuição da população ativa por setor de atividade económica em Montemor-o-Novo é marcada pela preponderância do setor terciário da economia, essencialmente serviços de carácter público, na capacidade empregadora local e pela manutenção de um apreciável volume de população ativa na agricultura.

O traço mais marcante da estrutura da população ativa no Concelho reside, no entanto, na manutenção de uma elevada percentagem de ativos no setor primário (18%, Trabalhadores permanentes no sector primário, Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2017, INE), principalmente agricultura e pecuária.

Pese embora tenha uma situação mais favorável face ao distrito, o concelho sofre também com o desemprego, fruto das falências, do encerramento e/ou quebra de atividade de muitas empresas e da não criação, em número suficiente de novos postos de trabalho⁽¹⁾. Continua em queda o poder de compra da maioria da população, inferior à média nacional em cerca de 17% – sendo que, como é infeliz norma, os trabalhadores, os reformados e as pequenas atividades económicas foram os mais atingidos.

Continuaremos a exigir uma política económica não restritiva e preocupada com a criação de emprego, sistemas de incentivos eficazes ao investimento no interior, apoio às micro e pequenas empresas, maior facilidade de acesso ao crédito, apoios estruturais à criação de emprego, formação profissional adequada às necessidades.

A Câmara Municipal continuará o esforço de promoção do concelho e das suas potencialidades, dinamização e captação de investimento, de empresas e de atividades diversas geradoras de emprego, manterá a exigência de políticas de crescimento económico e de investimento público.

Em matéria de equipamentos sociais, o Concelho atingiu já níveis de cobertura positivos em virtude dos investimentos realizados nas respostas sociais dirigidas aos idosos, à deficiência e também à infância e juventude.

Há igualmente a referir que Montemor mantém uma atividade económica, social, cultural e política que tem minimizado parcialmente o impacto negativo dos problemas e das políticas nacionais identificadas, mas que sente também os constrangimentos das autarquias.

Montemor-o-Novo tem recursos, potencialidades, capacidades e vontade para assegurar – desde que sejam concretizadas adequadas políticas nacionais!- o necessário desenvolvimento para uma vida digna e mais justa para a generalidade dos cidadãos. É na melhoria contínua do trabalho, na procura de novas soluções, alargando parcerias, discussões e colaborações com entidades locais, regionais e nacionais, reinventando novas formas de trabalho que daremos continuidade ao nosso trabalho.

Em 2018, no contexto já descrito, a Câmara Municipal manteve o equilíbrio das contas, no quadro de uma gestão de recursos escassos, garantindo um bom nível quantitativo e qualitativo de cumprimento dos compromissos e objetivos traçados, no quadro dum projeto político de continuidade de construção de um Concelho mais Desenvolvido, mais Participado, com mais Qualidade de Vida.

Destacam-se as seguintes ações e investimentos:

- **Aprovação das 3 Operações de Reabilitação Urbana (ORU's) na cidade;**
- **Requalificação da Praça da República em Santiago do Escoural;**
- **Implementação de medidas de acalmia de tráfego na Rua Fernando Namora;**
- **Beneficiação da Estrada Municipal 535 Escoural/S. Cristóvão;**
- **Renovação da conduta distribuidora Chapelar-Ciborro- Fase 1;**
- **Início da obra de Requalificação da Rua de Aviz e área envolvente (PEDU);**
- **Início da beneficiação da Estrada Municipal 530;**
- **Início do projeto Escola a Pé (PEDU)**

Procurámos, no âmbito das nossas competências, estudar, acompanhar, intervir, responder aos principais problemas da população do concelho. Mantivemos a luta contra a extinção de freguesias, em defesa do Serviço Nacional de Saúde. Dinamizamos o movimento Amalentejo, afirmando a importância do reforço do Poder Local no Alentejo, através da criação da Comunidade Regional do Alentejo. **Destacamos a presença no 2º Congresso AMALENTEJO que teve lugar em Castelo de Vide.**



Comemorações do 44º aniversário do 25 de Abril

O presente Relatório de Gestão traduz, de forma sucinta, a execução das Grandes Opções do Plano, as opções programáticas aprovadas no programa eleitoral sufragado pelos montemorenses no mandato 2013-2017, e reafirmado para o mandato 2017-2021 pelos resultados das eleições autárquicas de 1 de outubro de 2017, bem como a execução orçamental, na continuidade do trabalho desenvolvido nos mandatos anteriores.



Reunião de Câmara

Foram grandes objetivos:

- **Promover a democracia participada** – permanente política de proximidade com as populações, pela auscultação não institucional, assegurada por diversas ações como encontros e atendimentos à população, debate sobre questões de interesse local, plenários e reuniões diversas, apresentação e consulta pública de projetos e estratégias de desenvolvimento, a denuncia da contrarreforma para a liquidação do Poder Local Democrático pugnando pela defesa dos serviços públicos contra o encerramento e as privatizações, a defesa da regionalização, da descentralização local, a **defesa das freguesias e a reafirmação da exigência da reposição das 10 freguesias do Concelho**, respeitando a vontade expressa das populações e rejeição da legislação atentatória ao poder local democrático e da institucionalização das regiões administrativas. **Tomámos posição face à publicação da Lei 50/2018, a chamada “transferência de competências” para as autarquias locais, reafirmando que não aceitaremos processos de transferência de encargos que visem prestar um pior serviço à população.**

Mantivemos a **política de descentralização de competências**, assegurando que, pese embora o acréscimo de competências diretas, as freguesias do Concelho têm meios e recursos

disponíveis para intervenção e resposta às populações. Os acordos de colaboração foram limitados, sobretudo pelos constrangimentos financeiros. Ainda assim, cumprimos a orientação política estratégica de descentralização, cooperação e valorização das freguesias mantendo os contratos Interadministrativos e acordos de cooperação que estabelecem a Delegação de Competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia do concelho.

Concretizamos ainda outras formas de apoio e cooperação com as freguesias, nomeadamente:

- Construção de sanitários no Parque Murciano José Barradas em Cabrela;
- Construção de Parque Sénior em Ciborro;
- Requalificação de Sanitários Públicos no Largo do Povo, em Ciborro;
- Aquisição e instalação de ar condicionado em edifício escolar, em Foros de Vale de Figueira;
- Pavimentação das ruas do Cemitério de Cortiçadas de Lavre;
- Apoio para projeto piloto “Produzir sem desperdiçar”, com a União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras;
- Realização da Feira Franca em Santiago do Escoural;
- Aquisição e instalação de equipamentos fitness em São Cristóvão;
- Implementação do Protocolo Local com todas as freguesias do Concelho.

Procurámos concretizar também o fomento da dinâmica popular e da dinamização do movimento associativo através da manutenção dos apoios, da contratualização com instituições e da gestão participada de equipamentos.

- **Valorizar e defender o serviço público de qualidade** – Em 2018, demos continuidade à **intervenção ao nível das instalações municipais**, nomeadamente com o projeto das instalações municipais da Adua- projeto de alteração do pavilhão existente e dos pavilhões novos, o projeto de execução das instalações da EPAC e o início das obras de construção de edifício das instalações sociais da Adua e da execução das infraestruturas de urbanização nas instalações municipais na Adua.

Foram adquiridas novas viaturas e equipamentos, numa perspetiva de renovação anual com o objetivo de modernização e melhor resposta dos serviços. A concretização deste objetivo deu-se com a continuidade da modernização da Câmara em remodelações diversas, implementação do **programa de modernização da gestão municipal, promoção do município e da atividade**

municipal, participação em projetos intermunicipais de desenvolvimento, bem como a preparação de programas e formação profissional dos trabalhadores.

Mantivemos o **trabalho na área do pessoal, da formação e da melhoria das condições de trabalho**, com contactos regulares com as estruturas representativas dos trabalhadores e o integral respeito pelos direitos dos trabalhadores como orientação política de fundo. Na área da comunicação revela-se a gestão de conteúdos informativos nas redes sociais e outras plataformas de comunicação.

- **Apostar na dinamização, expansão e diversificação da economia** - O desenvolvimento económico e o emprego constituem uma prioridade estratégica permanente, na perspetiva da diversificação, expansão e dinamização da base económica.

Em 2018, mantivemos o **Programa Mor+ Economia - desenvolver, empreender e inovar** da qual destacamos as **visitas e contactos diretos com agentes económicos do setor agro alimentar, a promoção de ações de divulgação de programas e incentivos à atividade económica**. Foi dada continuidade à **implementação da Agenda 21 Local**, acompanhando as ações dos Apelos lançados aos cidadãos e aos trabalhadores, realizando ações do Plano de Ação Concelhio. A partir das prioridades definidas no Plano de Ação Concelhio foi dada continuidade ao projeto SMEA – Semear em Montemor Estratégia Alimentar - processo de construção da estratégia alimentar do concelho de Montemor com a participação ativa da população e entidades. Foi dada continuidade ao programa **“Ao Sabor das Estações”**, **destacando-se a realização da 3ª semana da Bolota**, uma iniciativa promovida em parceria com a Herdade do Freixo do Meio, que pretende valorizar o ecossistema do Montado, as suas produções e a disseminação da utilização da bolota na gastronomia, configurando uma componente de promoção de Montemor-o-Novo dentro e fora da região.



Oficina SMEA

Mantiveram-se as ações no âmbito do **Menu KMO** projeto desenvolvido em parceria, e que pretende promover os produtos alimentares produzidos no concelho, valorizando através da promoção da gastronomia esta herança e património histórico e antropológico de Montemor-o-Novo.

No âmbito do **Centro de Acolhimento às Micro Pequenas e Médias Empresas**, foram dinamizadas ações de promoção do empreendedorismo e benchmarking. No final de 2018, o CAME apoiava um total de 16 projetos, 4 em regime de incubação virtual e 12 projetos em regime de incubação física.

Manteve-se o projeto de **Hortas Comunitárias** nos Casais da Adua, em parceria com a Liga dos Pequenos e Médios Agricultores. O **Programa de Promoção da Economia do Concelho** promoveu e divulgou recursos e potencialidades do concelho, destacando-se a promoção do 15º Festival de Sopas e da 15ª Feira do Pão e da Doçaria de Montemor-o-Novo, bem como a iniciativa **Gastronomia, Montado e História-Património Cultural de Montemor-o-Novo na Casa do Alentejo**.

Os **Programas de Apoio ao Desenvolvimento Económico** assentaram em programas de iniciativa municipal, com o **Programa de Apoio à Atividade Económica**, que promoveu de forma integrada um conjunto de incentivos e apoio às atividades económicas. De destacar também a assinatura do **Protocolo de Cooperação com a Confederação Portuguesa das**

Micro, Pequenas e Médias Empresas (CPPME), entidade de âmbito nacional que permite ampliar e qualificar o nível de apoio às atividades económicas do concelho.



Assinatura de Protocolo com a CPPME

No **Programa de Dinamização de Atividades**, mantivemos as iniciativas de promoção do mercado municipal, em parceria com a Rede de Cidadania bem como a aposta no turismo, na valorização dos nossos recursos. Destacamos aqui a participação na BTL - Bolsa de Turismo de Lisboa, a dinamização da Rota do Fresco da Pintura Mural e da Rota do Montado do Alentejo em parceria com a SPIRA-Revitalização do Património e a dinamização de ações no âmbito da Grande Rota Nacional 2. Participamos noutras feiras e atividades promocionais.

Realizamos mais uma edição da Feira da Luz/Expomor, com elevada participação de agentes económicos, culturais, associativos e da população.

- **Assegurar um ordenamento do território equilibrado** - esta opção programática concretizou-se através da gestão urbanística, planeamento, apoio à recuperação e construção de habitação, qualificação urbana, rede viária, património edificado, apoio a iniciativas de particulares, gestão dos solos e da energia. Destacam-se alguns investimentos, arranjos e beneficiação de espaços exteriores, manutenção e beneficiação de espaços verdes.

O **Programa de Ordenamento do Território e o Programa de Planeamento Urbano** deram continuidade à Revisão do PDM. O apoio à recuperação e construção de habitação é uma das prioridades da Câmara. Manteve-se o apoio à recuperação de habitação através do Programa MorSolidário.

No **Programa de Reabilitação Urbana**, na sequência da aprovação das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) na cidade (Castelo e Arrabalde, Avenida e Antigo Campo da Feira e São Pedro), **concluíram-se as ORU's (Operações de Reabilitação Urbana)** que visam estruturar as intervenções a efetuar no interior das ARU's, dando sequência à estratégia de reabilitação urbana aprovada.

No âmbito do **Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU)**, instrumento criado no âmbito do Portugal 2020 para fundamentar a estratégia de intervenção na área da mobilidade, regeneração urbana e intervenção social nos centros urbanos estruturantes (cidade de Montemor-o-Novo), foram iniciadas as intervenções em obra (Rua de Aviz e envolvente) e preparados os procedimentos de contratação pública para as restantes intervenções.

Na **área da mobilidade, circulação e trânsito**, destaca-se a participação no Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável do Alentejo Central elaborado pela CIMAC.

No **Programa de Preservação do Património**, destacamos o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido na plataforma Morbase, com atualização de conteúdos (de destacar a distinção na categoria Melhor Tecnologia e Comunicação na Gala dos Prémios do Turismo e Ribatejo 2017), bem como a apresentação do número 3 da segunda série da Revista Almansor.

Importa ainda referir **o início do projeto “Centros de Acolhimento Turístico e Interpretativos da região de Évora, Alentejo Central e Alentejo”** que tem como ações:

- Obras de conservação e manutenção no Centro Interpretativo do Castelo;
- Nova exposição para o Centro Interpretativo do Castelo;
- Conservação e restauro das escavações arqueológicas no castelo;
- Plano de sinalética informativa e direcional no Castelo;

Destaca-se também a preparação e apresentação da **candidatura ao Fundo de Salvaguarda do Património Cultural, da intervenção urgente de consolidação estrutural para o Convento da Saudação**, (1,6 M€) que permitirá iniciar a 1ª fase dos trabalhos de intervenção no Convento da Saudação. A intervenção é sustentada no Auto de Cessão e Utilização do Convento, assinado em Agosto de 2018, entre a Câmara Municipal e a Direção Geral do Tesouro e Finanças.

No âmbito da **Beneficiação da rede viária e arruamentos**, destacam-se as intervenções: **Requalificação da Praça da República em Santiago do Escoural** e **medidas de acalmia de tráfego na Rua Fernando Namora na cidade**.



Requalificação da Praça da República em Santiago do Escoural

- **Preservar e valorizar o ambiente** - esta opção teve como principal objetivo a promoção e defesa do meio ambiente e a concretização de medidas para a eficiência energética. No âmbito da conservação da natureza destaca-se o **projeto Life-Lines** projeto que tem por objetivo ensaiar, avaliar e disseminar medidas destinadas a mitigar efeitos negativos de infraestruturas lineares em várias espécies de fauna e, simultaneamente, promover a criação, ao longo das mesmas, de uma Infraestrutura Verde de suporte ao incremento e conservação da biodiversidade do território em que atua, um importante corredor de transporte e energia Portugal-Espanha. É liderado pela Universidade de Évora e conta com a parceria da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo. Destaca-se, neste âmbito, a **Beneficiação da EM 535** e o início da intervenção dos trabalhos de requalificação do Núcleo de Interpretação Ambiental de Baldios.



Beneficiação da EM 535- Santiago do Escoural/São Cristóvão

A Câmara Municipal continua a acompanhar as ações do Plano Intermunicipal de eficiência energética que visa por em prática uma estratégia integrada de intervenção ao nível da eficiência energética de edifícios e iluminação pública para os 14 concelhos do Alentejo Central, potenciando também o acesso a fontes de financiamento.

No âmbito da **sensibilização ambiental**, manteve-se o acompanhamento às atividades do **Programa Eco-Escolas**, o planeamento de atividades para 2018/2019 no âmbito da campanha Agir para reduzir, separar e reciclar, na qual destacamos a **intervenção para reduzir os dejetos caninos (sinalética em espaços verdes e papeleiras na cidade)**.



Campanha Agir para reduzir os dejetos caninos (sinalética e papeleiras)

No âmbito dos **sistemas municipais de abastecimento de água e saneamento** destacam-se: a **conclusão da renovação da conduta distribuidora de abastecimento de água Chapelar-Ciborro** e a **conclusão da renovação da rede de abastecimento de água na Rua das Cortiçadas de Lavre**. Expandimos a **automatização dos sistemas de abastecimento de água no Concelho**.

O **Programa da Parceria Pública para a Água e o Saneamento** centrou-se no acompanhamento da operação dos sistemas por parte da AgdA, S.A. no Concelho, destacando-se a **conclusão da construção da nova ETAR de Montemor-o-Novo** e o início dos trabalhos de construção do sistema intercetor, com vista à ligação à nova ETAR.

Reafirma-se a firme intenção de manter a gestão pública da água e do saneamento, rejeitando todas as soluções que facilitem a privatização, a quebra de serviços e a falta de resposta às populações. Na **gestão de resíduos** destaca-se o Sistema Municipal de recolha e tratamento de resíduos e a requalificação do equipamento urbano.

- **Promover a cultura, o desporto e o associativismo** - Ainda que afetada pelas restrições financeiras e de pessoal que nos foram impostas, foi possível assegurar o fundamental da atividade municipal desenvolvida nesta área.

Em 2018 continuaram a ser desenvolvidos um conjunto de projetos no concelho, promovidos pelo movimento associativo, para os quais a Câmara Municipal assegura um apoio financeiro referente à contrapartida nacional, no âmbito dos financiamentos comunitários que foram aprovados. De referir ainda o apoio a 5 entidades cujas candidaturas à DGARTES foi aprovada (duas em quadriénio e 3 em biénio).

Mantivemos a colaboração e a generalidade dos apoios ao Movimento Associativo local, cuja dinâmica dá uma contribuição decisiva para o nível e a qualidade da nossa vida comunitária e até de promoção da imagem externa da nossa cidade e Concelho. Destacam-se variados projetos no âmbito da realização de atividades e/ou equipamentos, dinamização dos diversos serviços e equipamentos municipais (Biblioteca Almeida Faria, Arquivo Municipal, Galeria Municipal, Cineteatro Curvo Semedo, Oficina da Criança, Oficina do Canto, Escola de Ballet, Oficina de Teatro), dinamização e programação cultural com os Ciclos de Programação e descentralização cultural, a preservação e valorização do património cultural. Teve continuidade o apoio às áreas artísticas e do pensamento, mantendo a lógica de apoio à criação e aos criadores, baseados nos projetos de residências promovidos pelos vários agentes culturais.

Também o **programa de dinamização e promoção da prática desportiva** junto da comunidade mantém uma relevância importante na dinâmica e formação das comunidades, onde destacamos para além do funcionamento regular dos equipamentos municipais (piscinas cobertas, piscinas recreativas, parque desportivo municipal, pavilhão gimnodesportivo, aeródromo municipal), os protocolos para os escalões de formação, escolas e escolinhas e o programa “dar mais vida aos anos”, a dinamização de atividades de animação sócio educativa, o programa de apoio à educação física no 1º ciclo do Ensino Básico e o programa de apoio à expressão motora nos Jardins de Infância. Destacamos também o funcionamento da Escola Municipal de natação, com um aumento significativo de praticantes e com resultados competitivos assinaláveis, resultantes numa aposta certa na construção da piscina coberta como um equipamento fundamental para a prática desportiva.

No **programa de Tempos livres e lazer** mantivemos o trabalho desenvolvido pela Oficina da Criança, nas **novas instalações do Centro de Animação Socioeducativo/Oficina da Criança**, constituindo-se como uma referência no desenvolvimento de trabalhos lúdicos, de estímulo à criatividade e de animação, mas também de promoção do desenvolvimento pessoal e social, inerentes ao conceito de cidadania.

Desenvolvemos também um importante trabalho no **apoio às Associações** que desenvolvem trabalho nestas áreas, decisivos para as instituições sem fins lucrativos, incluindo um importante apoio na preparação de candidaturas a financiamentos comunitários que permitiram concretizar, ampliar e consolidar a sua intervenção com a comunidade local;

- **Apoiar a juventude** - destaca-se a dinamização do Centro Juvenil, com projetos vocacionadas à capacitação dos jovens, permitindo a realização e concretização de projetos individuais e coletivos, em várias áreas, das quais se destacam as áreas da música, através da dinamização do estúdio de som, assim como nas áreas do audiovisual e das artes plásticas. Realça-se também a aquisição de equipamentos que reforçam as capacidades técnicas nesta resposta. Na Juventude é de realçar o papel da autarquia no apoio ao associativismo juvenil e a projetos de inclusão social, desenvolvimento de parcerias diversas e a concessão de bolsas de estágio, onde destacamos a concessão de estágios no âmbito do programa municipal de estágios, a atribuição de bolsas para estudantes do ensino técnico, profissional e superior, a dinamização de programa de voluntariado;
- **Qualificar o ensino, promover a educação - A Educação é uma das áreas que consideramos prioritárias para o desenvolvimento local e dos cidadãos.** Nesta opção programática, destaca-se a finalização dos projetos de requalificação de escolas do 1º ciclo e Jardins de Infância do concelho, cujas intervenções têm financiamento assegurado no PDCT assinado entre a CIMAC e a Autoridade de Gestão do Portugal 2020.

Mantivemos o **Programa de Ação Social Escolar e o Programa de Transportes Escolares**, assegurando um importante apoio social, para além das competências legais da Câmara Municipal. Reforçámos ainda as componentes de apoio à família, com destaque para o apoio à dinamização de ATL's. Nesta opção, destaca-se ainda o programa de apoio à educação física para melhor qualificação do ensino no concelho de Montemor-o-Novo.

- **Promover a Justiça social e a Saúde pública** – salienta-se o apoio social integrado no âmbito do programa Mor Solidário, através dos vários eixos de intervenção que apostou em apoios que se traduzem de forma permanente e sustentada na melhoria das condições e qualidade de vida dos setores sociais e cidadãos abrangidos. Neste âmbito – Eixo 3, destacar a atribuição de 98 bolsas de estudo concedidas a alunos do ensino superior. Releva-se a conclusão da revisão do Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Social, com a elaboração de novos documentos.
- **Assegurar proteção civil e segurança** - com destaque para a Proteção Civil, no reforço do apoio a instituições e à Associação dos Bombeiros Voluntários. **Manutenção do Programa Voluntariado Jovem para as Florestas.**

Os dados constantes nos documentos da conta evidenciam um bom nível de concretização dos objetivos definidos para o mandato (2013-2017), cumprindo-se assim, de forma sustentada, os objetivos e prioridades aprovados.

Uma palavra final para os trabalhadores da Câmara Municipal. Apesar de alterações negativas na sua vida profissional que estão agora a ser parcialmente minimizadas (salários, progressão nas carreiras, regime de aposentação), só foi possível desenvolver toda a atividade municipal e corresponder aos anseios da população, graças ao seu esforço e empenho na prestação de um Serviço Público de Qualidade.

1 - ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os **DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS** (DPC) relativos à gerência correspondente do exercício financeiro do ano de 2018 são aqui apresentados pelo Executivo Municipal, nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Nos termos da alínea l) do n.º 2 do art.º 25º do referido diploma legal, conjugado com o artigo 76º da Lei 73/2013 de 03 de setembro (RFALEI), os DPC serão apreciados e votados pela Assembleia Municipal, devendo ser enviados ao Tribunal de Contas até 30 de Abril.

Atendendo ao adiamento na implementação do SNC-AP nomeadamente para os municípios, estes DPC foram preparados segundo as regras e princípios definidos no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), e apresentados no cumprimento da Resolução nº 4/2001-2ª Secção e Resolução nº 7/2018 de 9 de janeiro de 2019 aplicados por força do disposto no nº5 do Despacho nº1/2019-2ª Secção do Tribunal de Contas – Área IX.

O Relatório de Gestão, bem como todos os documentos que dele são parte integrante, serão sujeitos ao parecer do Revisor Oficial de Contas, e em conjunto com a correspondente Certificação Legal das Contas, acompanham a presente prestação a remeter ao Órgão Deliberativo para apreciação, no cumprimento e para os efeitos do nº 3 do art.º 76, alínea e) do art.º 77 do RFALEI.

Durante o ano 2018, os eleitos da Assembleia Municipal acompanharam, no decorrer das suas sessões, a atividade normal e regular do Município.

1.1. - Identificação do Município

Município de Montemor-o-Novo

Largo Paços do Concelho, 7050-127 Montemor-o-Novo

Telefone (geral): 266898100 Fax: 266877096

Email: cmmontemor@cm-montemornovo.pt

Sítio: <http://www.cm-montemornovo.pt/pt>

NIF: 506609553



1.2. - Legislação (constituição, orgânica e funcionamento)

Decorrente das eleições autárquicas realizadas em outubro de 2017 foram reconstituídos os órgãos executivo e deliberativo.

Executivo:

➤ **Presidente**

➤ Hortênsia do Anjos Chegado Menino

➤ **Vereadores**

➤ António Adriano Mateus Pinetra

➤ Palmira Rosa Bajuca Tomás Catarro

➤ Gil Pegado Porto

➤ Ângela Maria Alves Vinagre Catarino (entre 31/05/2018 e 21/09/2018)

➤ Olímpio Manuel Vidigal Galvão

➤ Henrique José Leocádio Lopes

➤ Carmen de Jesus Geraldo Carvalheira

➤ A Presidente e os Vereadores António Adriano Mateus Pinetra, Palmira Rosa Bajuca Tomás Catarro e Gil Pegado Porto exercem funções em regime de permanência.

➤ Não estão atribuídos pelouros aos Vereadores Olímpio Manuel Vidigal Galvão, Henrique José Leocádio Lopes e Carmen de Jesus Geraldo Carvalheira.

➤ A relação nominal dos responsáveis é parte integrante dos anexos.

➤ O Município não dispõe de serviços municipalizados.

➤ O Município não detém participações em empresas municipais.

1.3 - Estrutura organizacional efetiva

A Estrutura e Organização dos Serviços do Município de Montemor-o-Novo foi aprovada nos termos do artigo 25º da Lei nº 49/2012 de 29 de agosto tendo sido publicada nos Diários da República 2ª série n.ºs 20, 21 e 22 respetivamente de 29 e 30 de janeiro e 2 fevereiro, todos do ano de 2015.

Mantém-se o cumprimento do Regulamento do Sistema de Controlo Interno, aprovado a 9 de outubro de 2002, o qual se depara com a prossecução dos reajustes necessários para corresponder às continuas necessidades decorrentes do quadro legislativo e da normal atividade municipal.

1.4 - Descrição sumária das atividades

Os objetivos estratégicos do Município foram notórios nas atividades desenvolvidas ao longo do exercício.

Execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI)

No total de 186 projetos/ações inscritos no PPI, o investimento municipal assumiu uma execução financeira que ascendeu a 2,413 milhões de euros no exercício de 2018, ou seja em 32,64% do previsto, o que confirma um aligeirar do investimento comparativamente ao exercício anterior.

No ponto 3.9 do relatório pode ser observado mais pormenorizadamente o desenvolvimento dos valores indicados.

Execução do Plano de Atividades (PA)

O somatório da atividade municipal com os 282 projetos/ações inscritos no PA do ano de 2018, correspondeu a 13,994 milhões de euros, ou seja, a uma taxa de execução de 91,90%, atenuando também a despesa corrente.

No ponto 3.9 do relatório pode ser observado mais pormenorizadamente o desenvolvimento dos valores indicados.

O valor correspondente às transferências correntes para as freguesias em 2018 totalizaram 282,5 mil euros sendo cerca de 2,01% do total da despesa corrente realizada.

A relevância do movimento associativo do concelho reflete-se no acréscimo, relativamente ao ano anterior, para 7,82% de transferências correntes convertidos em mais de 1,09 milhões de euros.

No mesmo sentido, os pagamentos aos fornecedores continuam a ser considerados de grande importância para o Município, pelo que o Mapa dos Pagamentos em Atraso, de regime obrigatório imposto pela Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), se mantém com valor zero (0) desde 2014.

1.5 – Gestão de Pessoal

1.5.1. Estrutura

Tendo novamente por base os dados do balanço social, a 31 de dezembro de 2018, o total de trabalhadores era de 367, sendo a sua quase totalidade (97,5%, ou 98,4%, considerando que os 3 dos 4 Dirigentes Intermédios em Comissão de Serviço, fazem parte do Mapa de Pessoal do Município) era pessoal com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Dos restantes, um trabalhador encontrava-se com contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo e quatro trabalhadores nomeados em cargos afetos ao Gabinete de Apoio à Presidente e Vereação e ao Gabinete de Apoio às Freguesias.

Tal como no ano anterior, no ano de 2018, o Município de Montemor-o-Novo não recebeu qualquer trabalhador em situação de mobilidade, tendo sim assentido na cedência de um Assistente Técnico a outros organismos da Administração Pública.

Em resumo, o mapa de pessoal do Município de Montemor-o-Novo, a 31 de dezembro de 2018 encontrava-se preenchido com pessoal em funções de acordo com o seguinte quadro:

	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Outros	Total
Comissão de Serviço	4						4
CTFP por termo indeterminado		61	72	221	4		358
CTFP a termo resolutivo certo				1			1
CTFP a termo resolutivo incerto							0
Outra						4	4
Total	4	61	72	222	4	4	367

1.5.2. Evolução do número de trabalhadores por tipo de vínculo

Tal como no ano anterior e, desta vez de forma um pouco mais significativa, no ano 2018 verifica-se um aumento no número total de trabalhadores.

Este aumento deveu-se a um esforço da autarquia na contratação de trabalhadores, na sua grande maioria assistentes operacionais, essencialmente por três vias:

- procedimentos concursais comuns, num total de 14 trabalhadores assistentes operacionais;
- recurso a reserva de recrutamento na sequência de procedimentos concursais comuns, num total de 5 trabalhadores assistentes operacionais; e
- procedimento de regularização de vínculos precários, nos termos da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, num total de 24 trabalhadores, sendo destes 17 assistentes operacionais, 3 assistentes técnicos, 1 técnico de informática e 3 técnicos superiores.

Em contraste com a tendência dos anos anteriores, em que o número de aposentações foi reduzido, em 2018 verificaram-se sete saídas por aposentação, uma saída por mobilidade entre organismos, tendo-se verificado

também três saídas por iniciativa dos trabalhadores, sendo duas por rescisão de contrato de termo resolutivo certo e uma por rescisão de contrato de tempo indeterminado.

A evolução acima descrita encontra-se refletida na tabela abaixo:

	2014	2015	2016	2017	2018
Comissão de Serviço	5*	4*	4	4	4
CTFP por termo indeterminado	328	328	323	324	358
CTFP a termo resolutivo Certo	3	4	2	2	1
CTFP a termo resolutivo incerto	0	0	0	0	0
Outra	2	2	2	3	4
Total	338	338	331	333	367

* durante estes anos, os dirigentes intermédios foram contabilizados no seu lugar de origem, com CTFP por tempo indeterminado e não no seu vínculo de Comissão de Serviço.

1.5.3. Média de Idades e distribuição por género

A média de idades dos trabalhadores é de 49 anos, a mesma que no ano anterior.

A média de idades dos homens é ligeiramente acima da média geral, perto dos 50 anos e 9 meses, sendo a média de idades das mulheres de cerca de 47 anos e 6 meses.

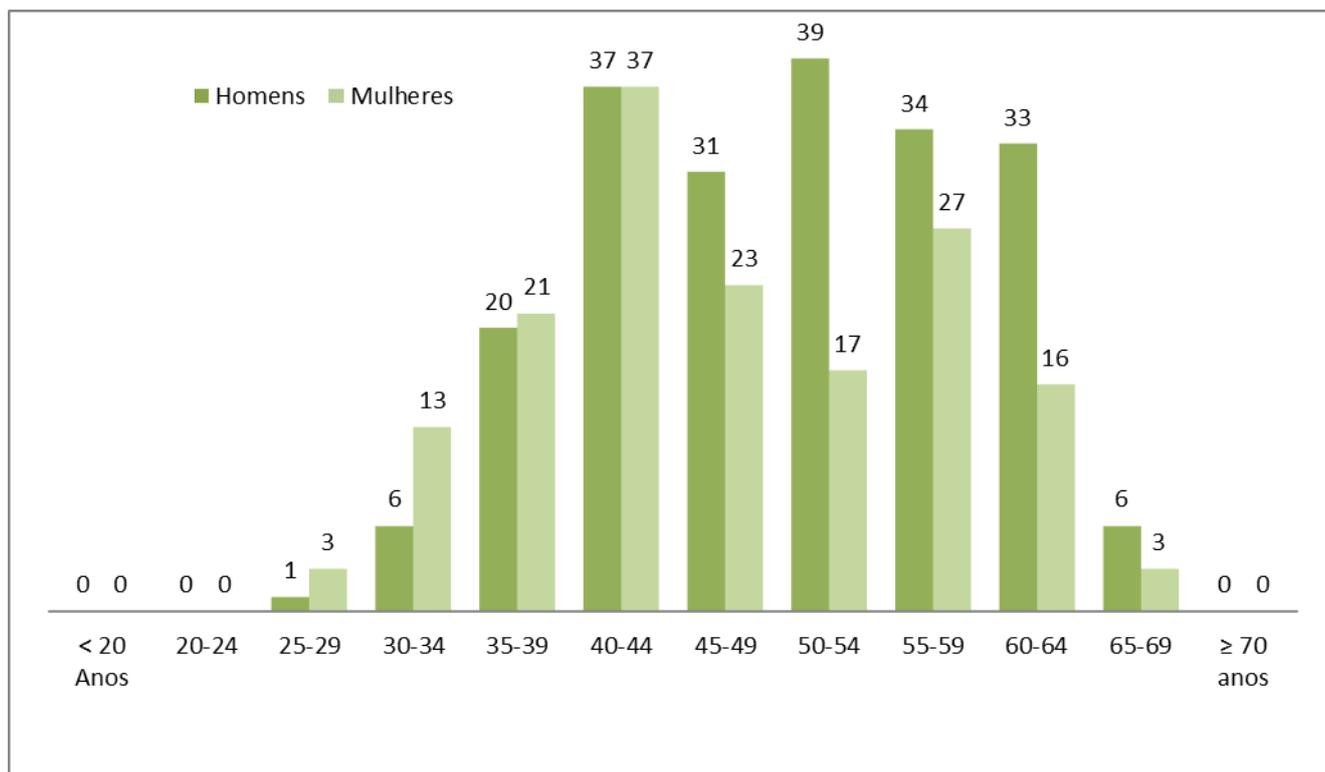
A distribuição por género tem-se mantido constante, com as mulheres a representarem, nos últimos anos, aproximadamente 40 a 42% do total dos trabalhadores, contando com um ligeiro aumento em 2018 para aproximadamente 43%.

	2014	2015	2016	2017	2018
Homens	201	199	193	194	207
Mulheres	137	139	138	139	160
Total	338	338	331	333	367

No final do ano de 2018, quatro trabalhadores tinham idade inferior a 30 anos, existindo um grupo de 19 trabalhadores com idade compreendida entre os 30 e os 34 anos, e um outro grupo de 9 trabalhadores com idade compreendida entre os 65 e os 69 anos.

Desta forma, cerca de 91% dos trabalhadores possuem idades compreendidas entre os 35 e os 64 anos, sendo assim um valor mais reduzido que o do ano anterior.

Continuam assim a existir dois grupos que se destacam ligeiramente dos demais, em número de trabalhadores que os integram, sendo eles os trabalhadores com idades compreendidas entre os 40 e os 44 anos (20%), e este ano o grupo entre os 55 e os 59 anos (17%).



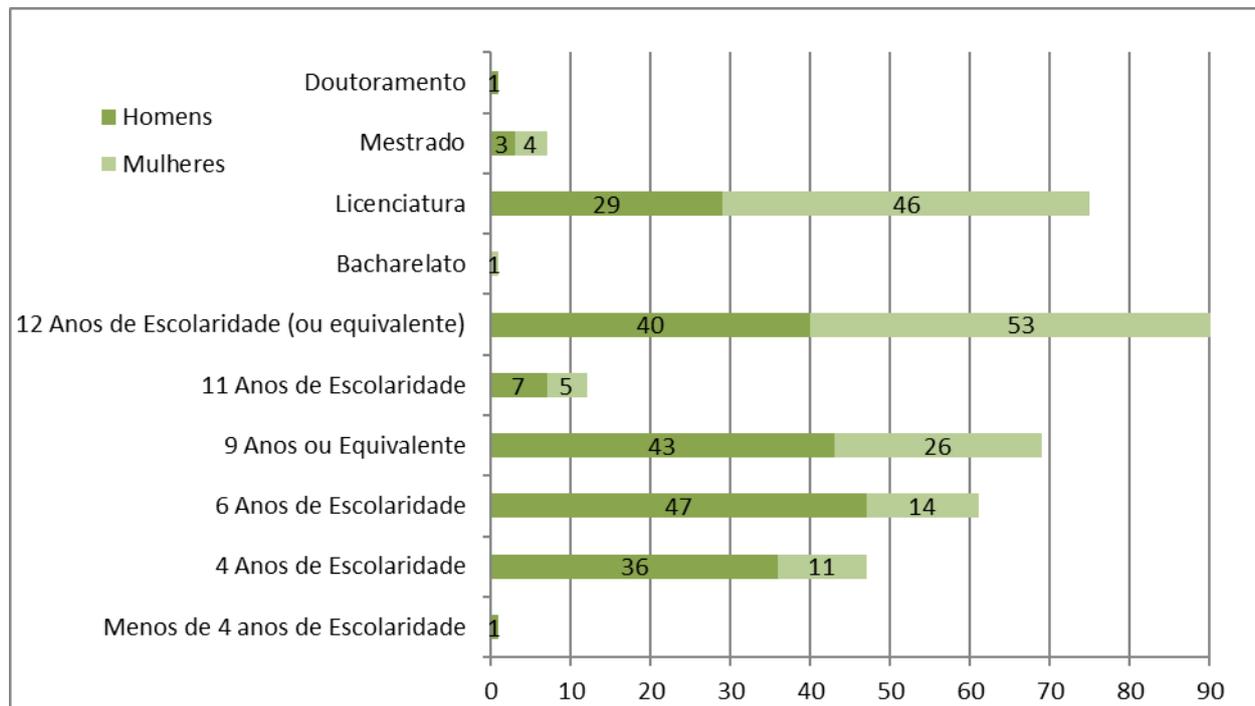
Uma análise em termos de carreiras, constante do quadro seguinte, permite verificar que ao nível dos técnicos superiores cerca de 49% se encontram nas faixas etárias entre os 35 e os 44 anos. Já nos assistentes técnicos, destaca-se um grupo de cerca de 25% dos trabalhadores que se encontra nas idades compreendidas entre os 55 e os 59 anos. Relativamente aos assistentes operacionais, existe alguma homogeneidade nos escalões entre os 40 e os 64 anos, concentrando aqui cerca de 85% dos trabalhadores.

	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Outros	Total
Menos de 20 Anos	0	0	0	0	0	0	0
20-24	0	0	0	0	0	0	0
25-29	0	0	1	3	0	0	4
30-34	0	4	5	9	0	1	19
35-39	0	10	13	16	1	1	41
40-44	1	20	13	39	1	0	74
45-49	1	10	7	34	1	1	54
50-54	0	5	10	40	1	0	56
55-59	1	7	18	35	0	0	61
60-64	0	4	3	41	0	1	49
65-69	1	1	2	5	0	0	9
70 ou mais anos	0	0	0	0	0	0	0
Total	4	61	72	222	4	4	367

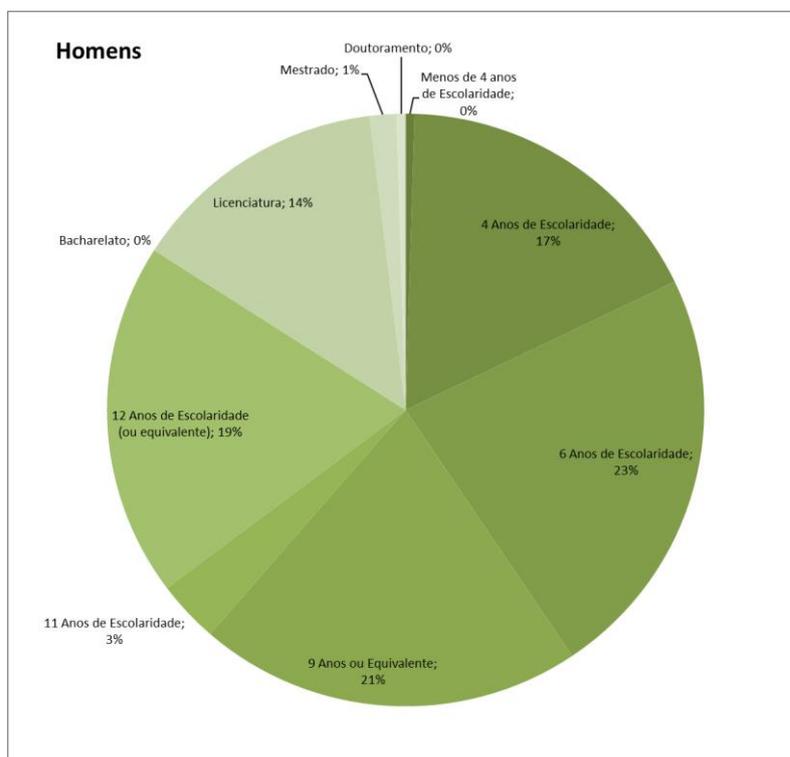
1.5.4. Habilitações literárias

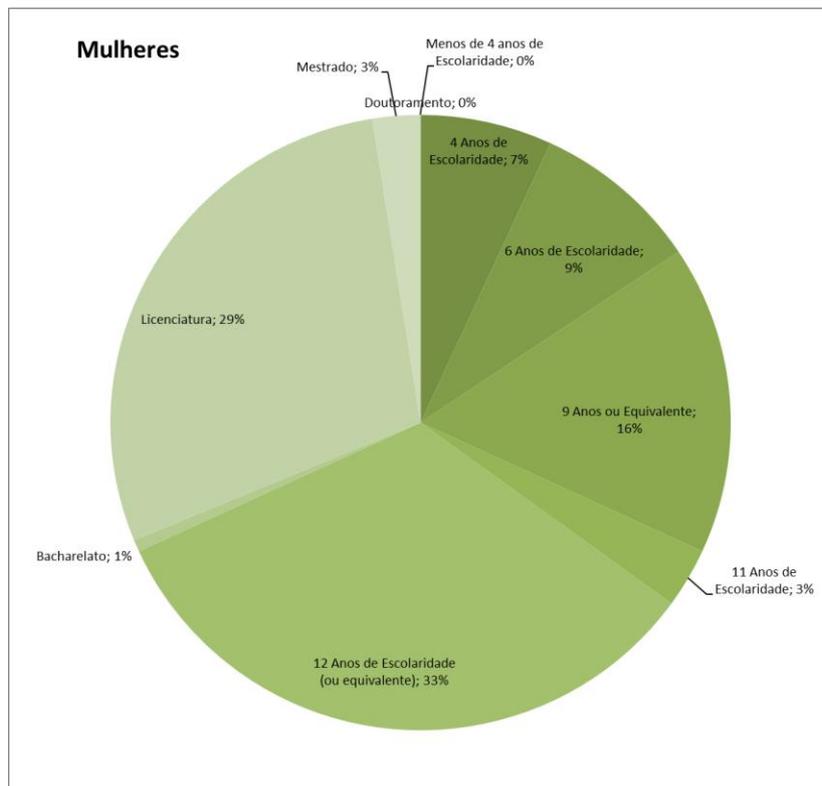
No que diz respeito a habilitações literárias, constata-se que cerca de 52% dos trabalhadores têm habilitações iguais ou inferiores ao 11.º ano, cerca de 25% têm habilitações ao nível do 12.º ano e

aproximadamente 20% dos trabalhadores têm habilitações ao nível de curso superior. Os restantes cerca de 2% dos trabalhadores têm cursos ao nível do mestrado ou doutoramento.



Relativamente ao género, os gráficos seguintes permitem verificar que, em proporção, as mulheres têm habilitações superiores aos homens.



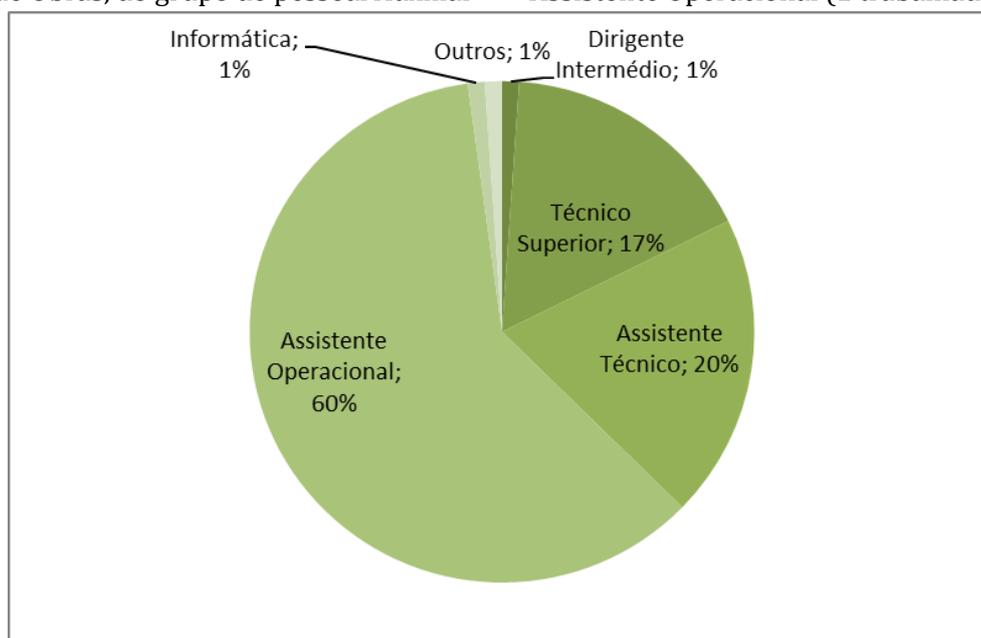


1.5.5. Estrutura profissional

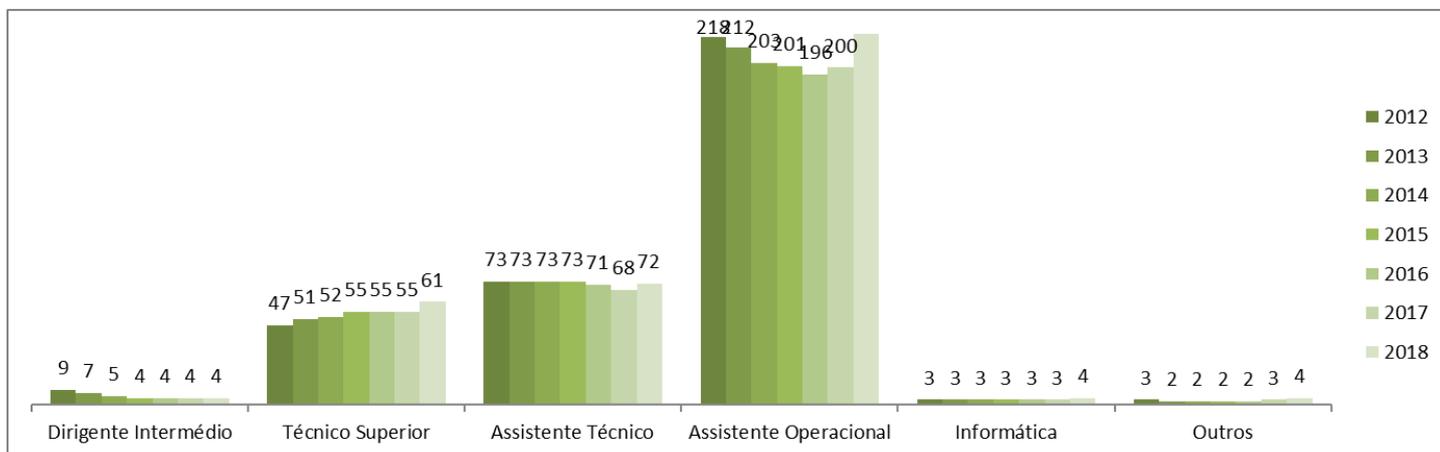
A estrutura profissional do Município de Montemor-o-Novo é constituída predominantemente pelos três grupos das carreiras gerais da função pública: Assistente Operacional, com 60% dos trabalhadores, Assistente Técnico com 20% dos trabalhadores e Técnico Superior, com 17% dos trabalhadores.

Para efeitos de elaboração do balanço social, os trabalhadores das carreiras não revistas que existem no Mapa de Pessoal do Município de Montemor-o-Novo foram agrupados da seguinte forma:

- Fiscal Municipal, do grupo de pessoal Técnico-profissional <-> Assistente Técnico (1 trabalhador);
- Fiscal de Obras, do grupo de pessoal Auxiliar <-> Assistente Operacional (1 trabalhador).



Comparativamente com o ano anterior a distribuição dos trabalhadores pelas várias carreiras mantém-se relativamente constante, com cerca de 60% de trabalhadores na carreira assistente operacional, 20% na carreira assistente técnica, 17% na carreira técnica superior, e os restantes 3% divididos entre os dirigentes, informática e nomeações para o gabinete de apoio à presidência e vereação.



1.5.6. Formação

Segundo o balanço social de 2018, relativamente à formação profissional, há que realçar os seguintes aspetos essenciais:

- A taxa de participação em formação profissional (número de participações em formação/total de efetivos) subiu para, aproximadamente, 22%;

- As taxas de participação em formação por grupos profissionais, mostram que a maioria das formações foram frequentadas por pessoal Técnico Superior e Assistente Operacional, com cada um destes grupos profissionais a deter aproximadamente 31% e 48%, respetivamente, das participações em formação, representando assim um aumento na participação de Assistentes Operacionais em ações de formação, em comparação com o ano anterior;

- Quanto às horas de formação, verificaram-se 1274 horas de formação, o que se traduz numa taxa média de aproximadamente 3 horas de formação anual por trabalhador/a da autarquia, encontrando-se este valor em linha com o do ano anterior, mas bastante abaixo das 1.725,5 horas de formação, correspondente a uma taxa média de 5 horas de formação por trabalhador do ano 2015;

- Realizaram-se 36 ações, distribuídas por diversas áreas de formação, em que participaram 68 formandos, aumentando em 3 o número de ações do ano de 2017 e aumentando em 16 o número de participantes.

- Das 36 ações realizadas, cinco tiveram duração entre 30 a 59 horas, tendo as restantes uma duração inferior a 30 horas;

- Relativamente aos encargos com a formação profissional, a despesa total da autarquia, durante o ano de 2018, foi de 10.638 euros, apresentando assim um decréscimo de 1.398 euros face aos 12.036 euros despendidos no ano de 2017.

1.6 - Organização contabilística

Aplicação do POCAL – Regime Completo

Software house – Medidata – Pocal, Património, Recursos Humanos, Aprovisionamento, Contratação Pública, Águas, Máquinas e Viaturas, Cemitérios, Faturação Diversa, Urbanismo, Obras Municipais, SAD e Atendimento

Não existe descentralização contabilística

Outros elementos da conta

Foram observados os princípios e regras contabilísticas previstos no POCAL, relacionados com o registo contabilístico na ótica-económico-patrimonial.

Foram aplicados os princípios inscritos no POCAL relativos à independência, anualidade e unidade, universalidade.

Foram efetuadas as reconciliações bancárias a todos os movimentos das contas da classe 12.

A reconciliação entre o Município e os seus fornecedores foi assegurada pelo auditor externo.

Foram respeitados os princípios orçamentais da independência, anualidade, unidade, universalidade, equilíbrio, especificação, não consignação e não compensação.

De acordo com o previsto no art.º 77º da Lei 73/2013 de 3 de setembro, as contas são auditadas pelo Revisor Oficial de Contas, conforme o respetivo parecer que se anexa.

No orçamento de 2018 residiu um excedente corrente de 3.242.488,51 euros, valor identificado no Mapa de Fluxos de Caixa anexo ao presente relatório.

No cumprimento do princípio do POCAL da materialidade, o montante de reembolsos e restituições registado em 2018 foi de 15.900,06 euros, correspondentes sobretudo a IMI e IMT.

O valor dos reembolsos e restituições apresenta do lado da despesa um montante de 106.646,48 euros. A diferença entre o montante registado na receita e na despesa justifica-se com restituições em rubricas sem cobrança no exercício, nomeadamente a restituição de impostos diretos.

O património encontra-se registado e atualizado pelo CIBE - Cadastro e Inventário dos Bens do Estado, utilizando as taxas de amortização aí estabelecidas.

1.7. Acréscimos e Diferimentos

Para a especialização do exercício foram efetuados nas contas da classe 27 os registos necessários para assegurar a contabilização de proveitos e custos.

Quadro de Acréscimos e Diferimentos

Un: Euro

ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS	
Impostos Municipais	1.490.789,64
Venda Bens e Serviços / Água Dezembro 2018	105.487,68
Transferências Correntes	124.521,49
Outros Acréscimos de Proveitos	289,10
Total	1.721.087,91
PROVEITOS DIFERIDOS	
Rendas	3.910,38
Cedência Instalações	923,02
Mercados e Feiras	998,89
Outros	123,82
Total	5.956,11
CUSTOS DIFERIDOS	
Rendas	350,00
Total	350,00
ACRÉSCIMOS DE CUSTOS	
Remunerações a liquidar	700.815,31
Juros a Liquidar	225,88
Tribunal de Contas	125.906,91
Outros Acréscimos de custos	222.230,91
Total	1.049.179,01

No valor de acréscimos de proveitos apresentam-se os proveitos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, e cuja receita só venha a obter-se em exercício (s) posterior (es). Deu-se continuidade ao registo relativo aos Impostos Municipais, isto é o proveito de IMI liquidado e cobrado em 2019 e que corresponde ao exercício em apreciação.

De igual modo se registaram os proveitos da venda de água do consumo de dezembro de 2018 e cujo processamento apenas ocorre em janeiro do exercício seguinte.

A contratualização anual dos seguros, dentro do exercício 2018, simplificou na questão de não ser necessário o diferimento do seu custo no ano e cuja validade não existia para além de 31 de dezembro.

Nos acréscimos de custos referem-se os custos a realizar no exercício seguinte, mas a reconhecer neste ano, onde foram incluídas as remunerações a liquidar e os juros dos empréstimos bancários. Os emolumentos a pagar ao Tribunal de Contas pela apreciação das Contas de Gerência de diversos anos com um valor acumulado de 125.906,91 euros foram incluídos nos acréscimos de custos tal como outros que sejam exemplos de faturas emitidas pelos fornecedores em 2019, mas respeitantes a fornecimentos de serviços ocorridos em 2018 (gás piscinas, telecomunicações, energia elétrica, ...).

Ainda no que se refere ao acréscimo de proveitos, para além do valor reconhecido na conta 27.4., os valores a destacar são os relativos à especialização dos financiamentos ao investimento. Sendo estes de processos mais antigos cujo histórico é difícil de reconstituir, o Município deverá continuar a adotar uma política de afetação sistemática da estimativa de resultados até anular a diferença.

O mapa seguinte corresponde aos valores registados na conta 27.4.5.

Un: Euro

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2017	31/12/2018	Absoluta	%
Cooperação Técnica e Financeira	2.203.723	2.181.198	-22.525	-1,02%
Centro Escolar Montemor-o-Novo	1.293.468	1.257.864	-35.604	-2,75%
Centro de Acolhimento de Micro-Empresas	542.426	530.518	-11.908	-2,20%
Requalificação Urbana da Área Rossio em Montemor-o-Novo	938.893	878.472	-60.420	-6,44%
Remod de Arruam e Infraestruturas - Largo Banha de Andrade	222.336	209.984	-12.352	-5,56%
Remodelação da Rua da Janelinha	660.998	624.276	-36.722	-5,56%
Remod de Acesso ao castelo - Rua Condessa de Valença	360.987	341.988	-18.999	-5,26%
Acesso Pedonal - Rua do Quebra costas	177.561	167.776	-9.785	-5,51%
Plano de Sinalética	9.861	9.861	0	0,00%
FEDER - Alentejo em Cena - Valorização, promoção, desenvolvimento do património histórico e cultural de Évora e da Região Envolvente	54.568	54.568	0	0,00%
Outros Programas - Substituição de Veículos de serviços urbanos por veículos elétricos	78.893	77.877	-1.016	-1,29%
Outros programas - Modernização Centros de Recolha Oficial	4.959	4.959	0	0,00%
Pista de Atletismo	414.330	398.256	-16.074	-3,88%
Plano Divulgação e Comunicação - Montemor Pedra a Pedra	185.404	185.404	0	0,00%
NATURALE	34.946	34.946	0	0,00%
Iluminação do castelo	9.443	8.836	-607	-6,43%
Beneficiação da Biblioteca Municipal Almeida Faria	70.452	68.598	-1.854	-2,63%
Modernização Alentejo Central@2015 (SAMA III)	37.182	29.046	-8.136	-21,88%
Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Montemor-o-Novo - PEDU	20.910	20.910	0	0,00%
Caminho Agrícola de Escardeais - Lapas	2.316	2.316	0	0,00%
Outras	309.710	309.710	0	0,00%
Administrações Privadas	773.283	773.283	0	0,00%
FEDER	1.666.604	1.697.541	30.937	1,86%
Outros proveitos diferidos	5.436	5.956	520	9,57%
Total	10.078.690,38	9.874.144,88	-204.545,50	-0,0203

Conforme apresentado no quadro constata-se que o saldo reconhecido na conta 27.4. Proveitos Diferidos ascende a 9.874 milhões de euros.

1.7 - Modificações Orçamentais

O orçamento foi aprovado com uma dotação inicial de 21.844.047,65 euros, ao qual foram aplicadas 46 modificações orçamentais, convertidas em 4 revisões e 42 alterações, justificadas pela inserção do saldo da gerência anterior, por novos projetos/ações e classificações económicas e ainda por forma a suprir os

ajustes necessários à gestão corrente dos valores previsionais das despesas, sendo que o valor final da dotação se converteu em 23.584.474,08 euros.

Modificações Orçamentais – Receita

DESIGNAÇÃO	Previsão		Previsão		Mod. Orçamentais	Variação
	Inicial	%	Corrigida	%	Reforços/Anulações	
01 IMPOSTOS DIRECTOS	2.751.000,00	12,59	2.555.694,31	10,84	-195.305,69	-11,22
02 IMPOSTOS INDIRECTOS	45.200,00	0,21	42.200,00	0,18	-3.000,00	-0,17
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	194.000,00	0,89	189.000,00	0,80	-5.000,00	-0,29
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1.077.000,00	4,93	1.075.000,00	4,56	-2.000,00	-0,11
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.408.741,00	47,65	10.408.741,00	44,13	0,00	0
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1.802.000,00	8,25	1.193.000,00	5,06	-609.000,00	-34,99
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	60.000,00	0,27	57.000,00	0,24	-3.000,00	-0,17
09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	11.000,00	0,05	2.000,00	0,01	-9.000,00	-0,52
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.167.119,00	14,50	3.167.119,00	13,43	0,00	0
11 ACTIVOS FINANCEIROS	1.500,00	0,01	1.500,00	0,01	0,00	0
12 PASSIVOS FINANCEIROS	850.000,00	3,89	770.000,00	3,26	-80.000,00	-4,60
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1.456.487,65	6,67	1.456.487,65	6,18	0,00	0
15 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	20.000,00	0,09	16.305,69	0,07	-3.694,31	-0,21
16 SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR			2.650.426,43	11,24	2.650.426,43	152,29
TOTAL	21.844.047,65	100,00	23.584.474,08	100,00	1.740.426,43	7,38

Modificações Orçamentais - Despesa

DESIGNAÇÃO	Dotação		Dotação		Mod. Orçamentais	Variação
	Inicial	%	Corrigida	%	Reforços/Anulações	
DESPESAS CORRENTES	14.221.690,00	65,11	15.227.045,06	64,56	1.005.355,06	57,76
01 DESPESAS COM O PESSOAL	7.891.920,00	55,49	6.776.996,00	44,51	-1.114.924,00	-110,9
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	3.996.050,00	28,10	5.889.397,46	38,68	1.893.347,46	188,33
03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	51.220,00	0,36	73.675,92	0,48	22.455,92	2,23
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.326.000,00	9,32	1.991.706,72	13,08	665.706,72	66,22
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	956.500,00	6,73	495.268,96	3,25	-461.231,04	-45,88
DESPESAS DE CAPITAL	7.622.357,65	34,89	8.357.429,02	35,44	735.071,37	42,24
07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	5.817.514,65	76,32	6.871.858,00	82,22	1.054.343,35	143,43
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.522.722,00	19,98	1.214.928,65	14,54	-307.793,35	-41,87
09 ACTIVOS FINANCEIROS	92.121,00	1,21	92.121,00	1,10	0	0
10 PASSIVOS FINANCEIROS	190.000,00	2,49	178.321,37	2,13	-11.678,63	-1,59
11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	200,00	0,00	200,00	0,03
TOTAL	21.844.047,65	100	23.584.474,08	100	1.740.426,43	7,38

1.8 - Outras informações relevantes

Tendo sido adiada a implementação do SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, no exercício de 2018 trabalhou-se na perspectiva de ser concretizado no início de 2019, no entanto confirmou-se um novo adiamento.

2 - Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados

2.1 - Derrogações

Não se registou qualquer derrogação verificando-se a consistência com os exercícios anteriores e correspondendo o balanço e as demonstrações de resultados à situação real do ativo, do passivo e dos resultados do Município de Montemor-o-Novo.

Planeia-se e estão em preparação todas as diligências para que possa ser implementada a contabilidade de custos no próximo ano.

2.2 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Os resultados são comparáveis com o exercício anterior, já que as alterações extraordinárias e de significado foram registadas na conta 59, conforme discriminação apresentada na nota à conta 59.

2.3 - Critérios valorimétricos utilizados

As valorizações foram efetuadas ao preço de custo, tendo por suporte as faturas ou documentos equivalentes.

As existências encontram-se valorizadas ao preço médio ponderado.

Não foram valorizados os trabalhos para a própria entidade que eventualmente tenham acrescido vida útil aos bens do imobilizado, pelo que todos os custos da administração direta foram considerados como custos do exercício. Esta não valorização resulta da manutenção da inexistência de contabilidade de custos, o que impossibilita a imputação de mão-de-obra e de máquinas a cada bem intervencionado.

2.4 - Cotações de resultados originariamente expressos em moeda estrangeira

Não se aplica.

2.5 - Situações em que o resultado do exercício foi afetado

Por valorimetrias diferentes – não se aplica

Por amortizações do ativo imobilizado, superiores às adequadas – não se aplica

No exercício de 2018 foram abatidos artigos obsoletos, situação que permite uma imagem mais verdadeira do valor real das existências.

2.6 - Comentário às contas

Os valores constantes no balanço dizem integralmente respeito a projetos cuja discriminação se encontra nos mapas anexos às demonstrações financeiras. Contudo, existem bens que se encontram totalmente amortizados e que não foram objeto de abate no exercício.

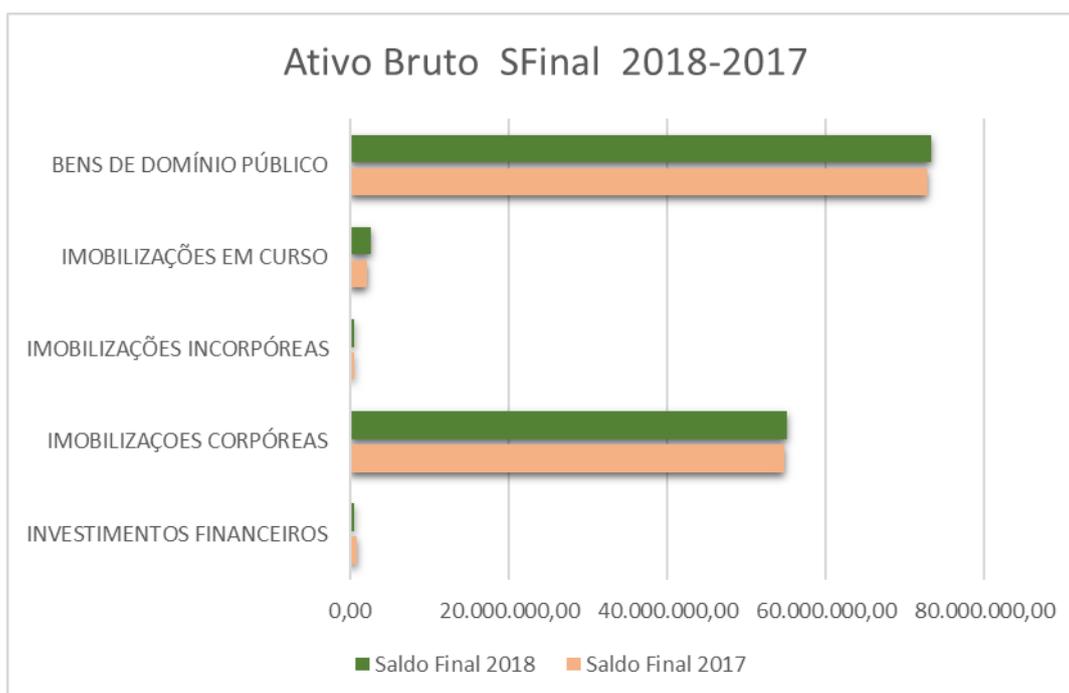
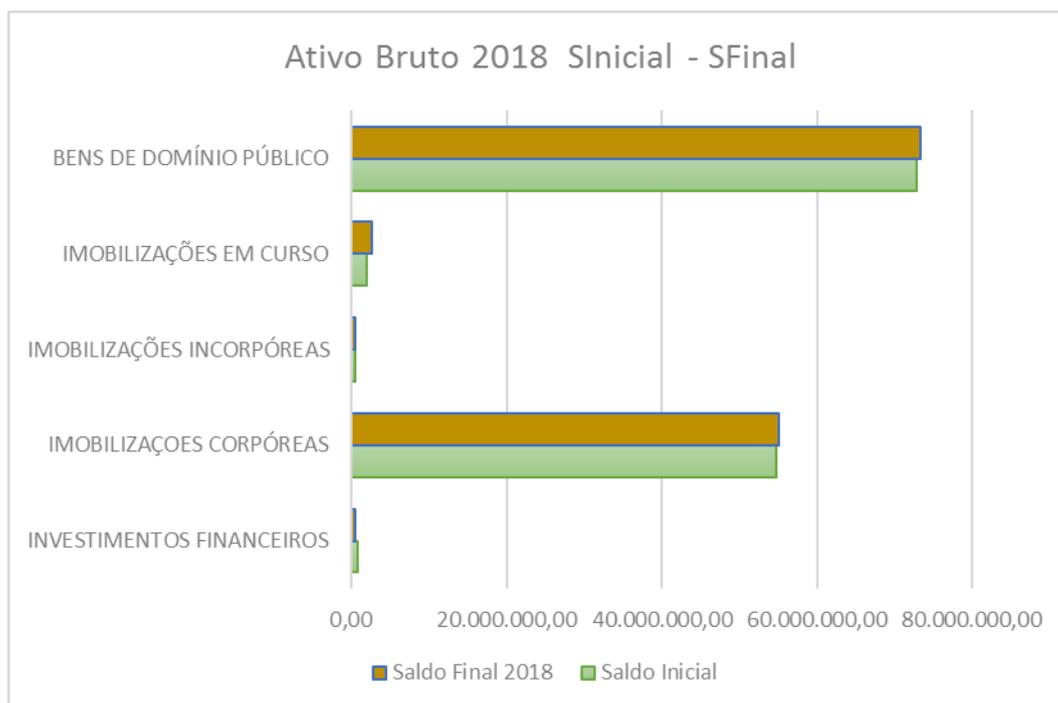
2.7 - Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado, constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões

Os quadros do ativo bruto e das amortizações, espelham os movimentos ocorridos durante o ano.

Estes mapas encontram-se anexos ao presente documento de prestação de contas.

Un: Euro

ATIVO BRUTO	Rúbricas	Saldo Inicial	Reavaliação/ Ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências Abates	Saldo Final
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	859.797,72				307.070,72	552.727,00
41.2	Obrigações e títulos de participação	859.797,72				307.070,72	552.727,00
42	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	54.728.619,04	0,00	712.330,94	364.326,39	12.637,75	55.063.985,84
42.1	Terrenos e recursos naturais	14.756.430,49					14.756.430,49
42.2	Edifícios e outras construções	30.798.518,38		292.616,67	0,00	5.896,96	31.085.238,09
42.3	Equipamento básico	2.881.058,40		169.069,46	11.412,10		3.038.715,76
42.4	Equipamento transporte	3.023.888,79		107.395,20	227.457,92	6.310,90	2.897.515,17
42.5	Ferramentas e utensílios	219.744,21		11.997,94	113,73		231.628,42
42.6	Equipamento administrativo	2.882.413,33		130.038,86	124.682,41	429,89	2.887.339,89
42.7	Taras e vasilhame						0,00
42.9	Outras imobilizações corpóreas	166.565,44		1.212,81	660,23		167.118,02
43	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	491.816,38	0,00	64.255,20	0,00	0,00	556.071,58
43.1	Despesas de instalação	97.170,00					97.170,00
43.2	Despesas de investigação e de desenvolvimento	13.196,08		64.255,20			77.451,28
43.3	Propriedade industrial e outros direitos	381.450,30					381.450,30
43.9	Outras Imobilizações incorpóreas	0,00					0,00
44	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	2.011.273,61	0,00	1.161.167,33	0,00	564.155,21	2.608.285,73
44.2	Imobilizações em curso de imobilizações corpóreas	583.999,86		46.735,48		115.820,31	514.915,03
44.3	Imobilizações em curso de imobilizações incorpóreas	281.975,05		64.093,58			346.068,63
44.5	Imobilizações em curso de bens do domínio público	1.145.298,70		1.050.338,27		448.334,90	1.747.302,07
45	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	72.842.685,19	0,00	502.899,11	0,00	0,00	73.345.584,30
45.1	Terrenos e recursos naturais	138.888,56					138.888,56
45.3	Outras construções e infra-estruturas	72.637.447,50		502.899,11			73.140.346,61
45.5	Bens do património histórico, artístico e cultural	66.349,13					66.349,13
	Total	130.934.191,94	0,00	2.440.652,58	364.326,39	883.863,68	132.126.654,45



2.8 - Descrição do ativo imobilizado

Amortizações do exercício e acumuladas

Desde 2016 que nos deparamos com os processos de reconciliação entre o património e o respetivo valor registado na contabilidade, pelo que ainda em 2018 ocorreram alguns registos que montam em 364.756,28 euros de regularizações das contas 48, cujo resumo se pode analisar no quadro seguinte:

	RÚBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
48	Amortizações				
482	Imobilizações corpóreas	20.584.435,48 €	1.170.005,40 €	364.756,28 €	21.389.684,60 €
483	Imobilizações incorpóreas	448.786,06 €	32.314,56 €	0,00 €	481.100,62 €
485	Bens de domínio publico	61.663.589,52 €	2.043.111,96 €	0,00 €	63.706.701,48 €
49	Provisões				
	Investimentos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	TOTAL	82.696.811,06 €	3.245.431,92 €	364.756,28 €	85.577.486,70 €

2.9 - Custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, e que tenham sido capitalizados nesse período.

O montante em dívida de empréstimos de médio e longo prazo reconhecidos na conta 23, ascendem no final de 2018 a 941.978 euros, dos quais foram reconhecidos como curto prazo o valor de 234.881 euros por corresponder ao montante a amortizar nos próximos 12 meses.

Os juros pagos relativos a estes empréstimos ascenderam a 5.080,58 euros.

Para efeitos de controlo do artigo 40.º do RFALEI o excedente corrente situa-se acima de 2,03 milhões de euros conforme o quadro abaixo.

Nº Contrato	Prazo do Contrato (anos)	Anos remanescentes a 2013	Visto do TC	Capital		Divida no final do Período 31/12/2018	Divida no final do Período 31/12/2013	Amortização dos empréstimos
			Data	Contratado	Utilizado			
9015002592991	15	4	28.02.2002	748.197	748.197	0	208.739	52.185
9015004428291	15	8	13.10.2005	850.000	850.000	139.964	487.465	60.933
9015005064991	15	9	07.12.2006	1.300.000	1.300.000	310.019	824.699	91.633
9015008222291	10		16.12.2016	1.251.008	491.995	491.995		49.199
Total				4.149.205	3.390.192	941.978		253.950

Equilíbrio Orçamental	
Receita Corrente Bruta Cobrada	16.280.498
Despesa Corrente Paga	13.994.313
Amortizações Empréstimos MLP	253.950
Valor que Releva para art.º 40º RFALEI	14.248.263
Excedente no Equilíbrio Corrente	2.032.236

2.10 – Diplomas legais nos termos em que se baseou a reavaliação dos bens do imobilizado

Não se procedeu a qualquer reavaliação do imobilizado.

2.11 - Quadro discriminativo das reavaliações

Não aplicável.

2.12 - Imobilizações corpóreas e em curso

Os valores das imobilizações em curso, encontram-se discriminados no quadro seguinte, sendo que o total final apurado foi cerca de 2,608 milhões de euros, valor muito significativo tendo em consideração o arranque de diversas obras integradas no PEDU –Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano.

Un: Euro

44.	Imobilizações em curso	Saldo Inicial	Saldo Final 31/12/2018
44.2.2.01.2.08	IMOB EM CURSO - BENEF CENTRO ESCOLAR S. MATEUS	370.925,45	370.925,45
44.2.2.01.2.11	IMOB EM CURSO - BENEF ESCOLA BAS FOROS V. FIGUEIRA	94.348,35	94.348,35
44.2.2.01.2.18	IMOB EM CURSO - MEDIDAS DE ACALMIA DE TRÁFEGO NA R. DAS CORTIÇADAS-CORTIÇADAS DE LAVRE	46.791,87	49.641,23
44.2.2.01.2.20	IMOB EM CURSO - Renovação de Conduta Distribuidora Chapelar-Ciborro – FASE 1	44.713,20	
44.2.3	Equipamento básico	27.220,99	
44.3.2	Despesas de investigação e desenvolvimento	281.975,05	346.068,63
44.5.3.01.1	IMOB EM CURSO - Terreiro do Castelo - Sondagens Arqueol.	16.974,00	19.003,50
44.5.3.02.1	IMO CURSO - EXECUÇÃO EDÍFICIO INSTALAÇÕES MUNICIPAIS DA ADUA - ARQUITETURA ESTABILIDADE		137.312,70
44.5.3.04.	IMO CURSO - BENEFICIAÇÃO LANÇO DA EM 530 ENTRE PITAMARIÇA E ALTO DA MATA		34.775,91
44.5.3.09	IMO CURSO - URBANIZAÇÃO 25 DE ABRIL - S.GERALDO	99.852,74	99.852,74
44.5.3.14	IMO CURSO - REAGIR - ACESSO UNIDADE PILOTO	34.511,23	34.511,23
44.5.3.19	IMO CURSO - ECOPISTA - RAMAL FERROVIARIO	11.517,25	11.517,25
44.5.3.21	IMO CURSO - EXEC PINTURAS INSTALAÇ EDIFICIOS ESPAÇ PÚBLICOS MMN	742.787,06	689.458,99
44.5.3.22	IMO CURSO - LOTEAMENTO DE CASAS NOVAS EM S. BRISSOS	40.710,13	40.710,13
44.5.3.26	IMO CURSO - POLIDESPORTIVO DESCOBERTO SANTIAGO ESCOURAL	74.542,02	74.542,02
44.5.3.28	IMO CURSO - BENEF/AMPLIAÇ INFRAEST ABAST ÁGUA DRENA AGUAS RESIDUAIS S. CRISTOVÃO	46.044,63	46.044,63
44.5.3.39	IMO CURSO - ESTABILIZAÇÃO DE TALUDES NO JARDIM PÚBLICO	6.792,98	6.792,98

44.5.3.40	IMO CURSO - REDE ABAST. DE ÁGUA NA RUA DAS CORTIÇADAS EM CORTIÇADAS DE LAVRE	23.662,12	
44.5.3.41.	IMO CURSO - -EMP DE ARRUAMENTOS CIBORRO		136.459,15
44.5.3.44.	IMO CURSO - FVF -		250.926,24
44.5.3.46	IMO CURSO - IMPLEMENTAÇÃO DISPOSITIVOS DE PROTEÇÃO ANIMAL/BENEFICIAÇÃO EM 535 ESCOURAL/S.CRISTOV	16.622,81	
44.5.3.47	IMO CURSO - MEDIDAS ACALMIA TRÁFEGO R. FERNANDO NAMORA - CONST PASSAGEM PEÕES	10.865,80	
44.5.3.50	Rede viária terra batida	73.744,00	73.744,00
44.5.3.51	IMOB EM CURSO - PEDU - QUAL R AVIZ,R ESCADINHAS,R OLIVENÇA,R SMIGUEL,R CALVÁRIO E MURO JARDIM		23.810,60
44.5.3.57	IMOB EM CURSO - REGUL ESTRADAS CAMINHOS TERRA BATIDA EM REDE VIÁRIA MUNICIPAL DO CONCELHO		67.840,00
	Total	2.064.601,68	2.608.285,73

Tal como identificado anteriormente existem diversos terrenos cedidos em direito de superfície que não se encontram valorizados nem registados na conta 41.4. Dada a complexidade para o tratamento adequado desta situação, e face à tendência dessa cedência ocorrer por períodos de tempo com tendência ao infinito, deverá o Município ponderar a oportunidade de proceder à cedência plena dos mesmos, em condições a definir.

2.13 - Bens utilizados em regime de locação financeira

No final do ano 2018 o contrato do Autocarro findou, pelo que transita apenas o contrato de locação financeira da Viatura Pesada de RSU. Deste, o valor em dívida que permanecerá em vigor em 2019 representa 34.635,01 euros, e o mesmo finalizará em 2019.

Não foram adquiridos novos bens em regime de locação financeira durante o ano 2018.

2.14 - Bens do imobilizado

Para além das peças de arte integradas no património municipal, e ainda o espólio da biblioteca municipal, encontram-se por valorizar alguns bens móveis e máquinas de pequeno valor integradas no inventário inicial, bem como os terrenos cedidos em direito de superfície e os terrenos do domínio público, nomeadamente afetos a ruas e praças e vias. Em anexo ao presente relatório encontra-se uma listagem desses bens.

2.15 - Identificação dos bens de domínio público que não são objeto de amortização

Para além dos elementos atrás descritos, não estão amortizados os bens não sujeitos a amortização, terrenos e bens do património histórico.

2.16 - Entidades participadas

Entidades Societárias

Não existem

Entidades não Societárias

As participações do Município em outras entidades são:

Un: Euro

	NPC	CD Jurídico	CAE	Contribuição Anual	Data constituição
Associação Nacional dos Municípios Portugueses	501627413	AM	94110	4.870,68	30-03-1985
Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico	502131047	AMFE	91333		22-07-1988
Associação de Municípios Gestão Pública Água do Alentejo	509693342	AM	36001		25-09-2009
Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central	509364390	AM	84113	116.190,56	03-08-2008

2.17 - «Títulos negociáveis» e «Outras aplicações de tesouraria»

Não existem.

2.18 - Discriminação da conta «Outras aplicações financeiras», com indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades, valores nominais e valores de balanço.

Não existem.

2.19 - Indicação global, por categorias de bens, das diferenças, materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adaptados, e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado.

Foi efetuada a devida atualização e identificação de artigos existentes em stock no armazém que por serem materiais descontinuados e que não são utilizados há cerca de uma década, justificou a redução da provisão.

2.20 - Atribuição de valor inferior - Ativo circulante

No ativo circulante procedeu-se ao registo da dívida de impostos diretos reportada pela autoridade tributária a 31 de dezembro de 2018, sendo este valor considerado na sua totalidade em cobrança duvidosa.

Nos termos do número 2 do Artigo 17.º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de Junho, deve a Autoridade Tributária e Aduaneira informar as autarquias locais, do valor dos recebimentos em atraso, existentes em 31 de Dezembro do ano anterior, referentes às respetivas receitas fiscais.

Estes valores poderão ser declarados de forma agregada se cumprirem as regras estipuladas no número 1 do mesmo Artigo. Caso contrário apresenta-se a identificação da dívida. Os valores são referentes a 31/12/2018.

Tendo-se em conta o referido acima foram identificados os seguintes registos:

Ano	Imposto	Número da Nota de Cobrança (DUC)	Pagamentos e Recebimentos em Atraso (Quantia Exequenda) *
2018	IMI	Valores Agregados **	92.346,07
2018	IMT	Valores Agregados **	22.230,80
2018	IUC	Valores Agregados **	86.572,85

N.º de Resultados: 3

* Os valores de CA e SISA indicados não contemplam eventuais valores em débito que o Município tenha em conta corrente com o Estado no âmbito dos Tributos referidos.

** Nos termos do Nº 1 do Artigo 17.º, Decreto-Lei nº 127/2012

2.21 - Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.

Tratado na depreciação de existência.

2.22 - Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros

O conjunto de dívidas comerciais em mora que se mantiveram em cobrança duvidosa foram atualizadas na sua correspondente constituição de provisões nos termos estabelecidos no POCAL. A situação de provisão do alcance à tesouraria foi diminuída considerando a sua regularização prestacional tal como indicado judicialmente.

Código	Conta	Dívida	Provisão
28.3	Empréstimos concedidos	17.836,78	13.822,55
21.8	Clientes, Contribuintes e Utentes de Cobrança Duvidosa	314.800,86	308.800,86
21.8.1.1	Cobranças em atraso - individual	35.844,49	
21.8.1.2	Cobranças em atraso - coletiva	77.806,65	
21.8.1.3	Cobranças em atraso - Impostos diretos	201.149,72	
26.8.1.1	Devedores das Administrações Publicas	2.133,20	
26.8.2	Devedores Transferências p/ as autarquias	32.417,07	
26.8.8	Devedores Diversos	592.493,58	288.929,10
26.8.9.9.01	Operações Orçamentais	907,44	

2.23 - Valor global das dívidas ativas e passivas respeitantes ao pessoal da autarquia local

Não existem.

2.24 - Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com indicação dos direitos que conferem

Não existem.

2.25 - Dívidas ao Estado em situação de mora

Não existem.

2.26 - Garantias e cauções prestadas

Os registos decorrentes do movimento anual das contas de ordem, nas contas da classe 0, no ano de 2018 encontram-se espelhados no mapa anexo ao presente relatório.

Mapa das Contas de Ordem							
Cod. Conta	Designação	Saldo Inicial		Do Ano		Saldo Final	
		Débito	Crédito	Débito	Crédito	Devedor	Credor
9	CONTAS DE ORDEM	610.779,63	610.779,63	399.601,03	399.601,03	-	-
9,1	GARANTIAS E CAUÇÕES	32.938,19	610.779,63	25.138,91	374.462,12	-	927.164,65
09.1.1	CAUÇÕES	28.322,76	106.723,85	-	-	-	78.401,09
09.1.1.1	CAUÇÕES PRESTADAS	-	106.723,85	-	-	-	106.723,85
09.1.1.2	CAUÇÕES ACCIONADAS	-	-	-	-	-	-
09.1.1.3	CAUÇÕES DEVOLVIDAS	28.322,76	-	-	-	28.322,76	-
09.1.2	GARANTIAS	4.615,43	504.055,78	25.138,91	374.462,12	-	848.763,56
09.1.2.1	GARANTIAS PRESTADAS	-	504.055,78	-	374.462,12	-	878.517,90
09.1.2.2	GARANTIAS ACCIONADAS	-	-	-	-	-	-
09.1.2.3	GARANTIAS DEVOLVIDAS	4.615,43	-	25.138,91	-	29.754,34	-
9,2	RECIBOS VIRTUAIS/RECIBOS P/ COBRANÇA	-	-	-	-	-	-
09.2.1	RECEITA VIRTUAL LIQUIDADA	-	-	-	-	-	-
09.2.2	RECEITA VIRTUAL COBRADA	-	-	-	-	-	-
09.2.3	RECEITA VIRTUAL ANULADA	-	-	-	-	-	-
9,9	CONTAS REFLECTIDAS	577.841,44	-	374.462,12	25.138,91	927.164,65	-
09.9.1	Cauções reflectidas	78.401,09	-	-	-	78.401,09	-
09.9.2	Garantias reflectidas	499.440,35	-	374.462,12	25.138,91	848.763,56	-
09.9.3	Receita virtual reflectida	-	-	-	-	-	-
	TOTAL	610.779,63	610.779,63	399.601,03	399.601,03		

2.27 – Provisões acumuladas

Ver nota 2.22.

2.28 - Explicação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 «Fundo patrimonial», constantes do balanço.

Deu-se continuidade à aplicação do princípio de especialização, sendo que em 2018 foram efetuados movimentos na classe 5 dos valores de receita de IMI, Derrama e IMT cobrado em 2018, mas de apuramentos de anos anteriores.

Nesta conta também se verificou, para além de algumas correções de anos anteriores, o registo do Resultado Líquido do Exercício de 2017.

			SI	62.517.389,85 €
59	RESULTADOS TRANSITADOS	Regularização custos diferidos 2017		24.773,61 €
		Aplicação Resultados Exercício 2017	1.520.337,81 €	
		Derrama		176.033,28 €
		IMT		68,39 €
		IMI		72.834,84 €
		Correção movimentos más cobranças IMI	315,64 €	
		Regularização amortizações bem	88,41 €	
		Correção movimentos Bens p/ registado no património		238.721,63 €
			SF	63.525.699,96 €

2.29 - Custo de mercadorias e de matérias-primas

O apuramento relativamente ao custo das matérias-primas e subsidiárias do ano 2018 pode ser avaliado no mapa abaixo.

Custo das Matérias-Primas Vendidas e Consumidas

Un: Euro

Movimentos	Matérias-Primas	Matérias Subsidiárias	Outros	Total
Existências Iniciais	29.283,71	97.876,28	151.431,65	278.591,64
Compras	17.805,09	25.390,32	62.117,95	105.313,36
Regularizações de Existências	5.083,68	1.673,79	38.039,14	44.796,61
Existências Finais	21.691,18	93.975,78	111.217,85	226.884,81
CUSTO NO EXERCÍCIO	20.313,94	27.617,03	64.292,61	112.223,58

2.30 - Demonstrações das variações de produção

Não existem.

2.31 - Demonstração dos resultados

A Demonstração de Resultados é um instrumento contabilístico onde se reflete o resultado do exercício, ou seja, os custos e os proveitos ocorridos em 2018.

Código		2018	2017	2016	2015	2014	2013
Custos e perdas							
61	C M V M C	112.223,58	151.529,64	141.640,79	126.852,52	603.467,02	37.789,01
62	Fornecimentos e serviços externos	5.398.332,06	4.627.569,90	4.116.264,89	3.945.353,39	4.471.480,97	4.790.413,05
641+642	Remunerações	5.336.452,22	4.980.984,14	4.872.646,34	5.005.065,85	5.068.719,33	5.075.346,16
643 a 648	Encargos sociais	1.500.470,52	1.562.425,06	1.367.383,18	1.400.344,89	1.604.537,96	1.436.181,30
66	Amortizações	3.245.343,51	3.691.472,77	3.690.782,04	843.097,00	1.023.683,08	589.198,44
67	Provisões do exercício		428.238,05	283.945,14	0,00	0,00	0,00
63	Transferência / subsídios concedidos	1.833.378,85	1.548.324,85	1.669.824,39	1.434.159,53	1.454.931,92	1.419.140,22
65	Outros custos / Perdas operacionais	133.864,59	908.657,82	646.958,74	494.969,95	120.265,98	28.773,91
	(A)	17.560.065,33	17.899.202,23	16.789.445,51	13.249.843,13	14.347.086,26	13.376.842,09
68	Custos / Perdas Financeiros	83.197,66	21.732,85	44.140,93	27.683,39	99.327,17	37.883,28
	(C)	17.643.262,99	17.920.935,08	16.833.586,44	13.277.526,52	14.446.413,43	13.414.725,37
69	Custos / Perdas Extraordinários	792.771,61	1.688.674,32	1.069.956,35	1.286.271,22	938.023,27	818.925,44
	(E)	18.436.034,60	19.609.609,40	17.903.542,79	14.563.797,74	15.384.436,70	14.233.650,81
88	Resultados líquidos do exercício	-15.522,13	-1.520.337,81	-1.029.492,66	1.812.965,24	223.906,42	1.725.575,90
	Total	18.420.512,47	18.089.271,59	16.874.050,13	16.376.762,98	15.608.343,12	15.959.226,71
Proveitos e ganhos							
71	Vendas / Prestações de serviços	2.221.026,43	2.218.030,09	2.069.160,54	2.003.524,64	1.409.797,13	1.748.529,12
72	Impostos e taxas	3.031.480,64	2.521.581,03	2.515.748,15	2.265.033,32	2.487.426,49	2.394.942,56
75	Trabalhos / Própria entidade				0,00	0,00	0,00
73	Proveitos suplementares	16.170,64	14.660,46	15.581,07	11.777,96	9.502,21	15.547,59
74	Transferências / Subsídios obtidos	11.425.151,12	11.058.171,80	10.777.773,47	10.769.967,09	10.266.651,13	10.503.093,89
76	Outros proveitos / Ganhos operacionais	170.751,87	8.459,89	8.737,32	9.544,83	3.092,07	11.013,80
	(B)	16.864.580,70	15.820.903,27	15.387.000,55	15.059.847,84	14.176.469,03	14.673.126,96
78	Proveitos / Ganhos Financeiros	1.090.852,52	1.050.822,67	1.137.938,38	1.065.789,85	1.172.625,79	1.088.519,33
	(D)	17.955.433,22	16.871.725,94	16.524.938,93	16.125.637,69	15.349.094,82	15.761.646,29
79	Proveitos / Ganhos extraordinários	465.079,25	1.217.545,65	349.111,20	251.125,29	259.248,30	197.580,42
	(F)	18.420.512,47	18.089.271,59	16.874.050,13	16.376.762,98	15.608.343,12	15.959.226,71
	Total	18.420.512,47	18.089.271,59	16.874.050,13	16.376.762,98	15.608.343,12	15.959.226,71
RESUMO							
	Resultados operacionais =(B)-(A)	-695.484,63	-2.078.298,96	-1.402.444,96	1.810.004,71	-170.617,23	1.296.284,87
	Resultados financeiros =[(D-B)]-[(C-A)]	1.007.654,86	1.029.089,82	1.093.797,45	1.038.106,46	1.073.298,62	1.050.636,05
	Resultados correntes =(D)-(C)	312.170,23	-1.049.209,14	-308.647,51	2.848.111,17	902.681,39	2.346.920,92
	Resultado líquido do exercício = (F)-(E)	-15.522,13	-1.520.337,81	-1.029.492,66	1.812.965,24	223.906,42	1.725.575,90

Da análise do quadro evolutivo de 2013-2018 pode concluir-se que:

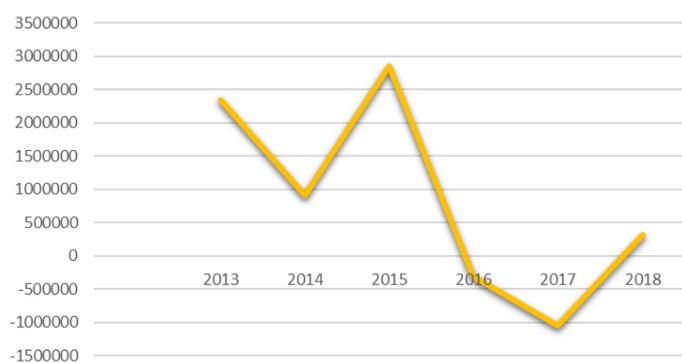
- ✓ O valor registado na aquisição de CMVMC foi menor em 2018 relativamente ao ano 2017, no entanto tem mantido os seus valores, à exceção do ano 2014 considerado atípico neste ponto;
- ✓ A tendência de crescimento na aquisição de bens e serviços verifica-se desde 2016 e ultrapassou este ano todos os valores registados desde 2013;
- ✓ Nas remunerações, confirmou-se o aumento por regularização / integração de pessoal precário nos quadros do município, face a 2017;
- ✓ Pela continuação da regularização aplicada ao registo do imobilizado, os valores das amortizações decresceram relativamente aos dois anos anteriores;
- ✓ Neste exercício não foram constituídas novas provisões;
- ✓ Ocorreu uma redução substancial dos custos extraordinários;
- ✓ Uma subida constante dos custos financeiros, principalmente em resultado das correções e melhorias que têm vindo a ser integradas no processo contabilístico;
- ✓ Mantiveram-se ao mesmo nível as vendas de bens e serviços, em contrapartida da subida dos impostos e taxas;
- ✓ Também os proveitos financeiros se mantiveram em valores idênticos ao ano anterior, mas os proveitos extraordinários sofreram um destacado decréscimo refletindo o pouco financiamento obtido dos investimentos realizados.

O resultado do exercício situou-se assim em -15.522,13€.

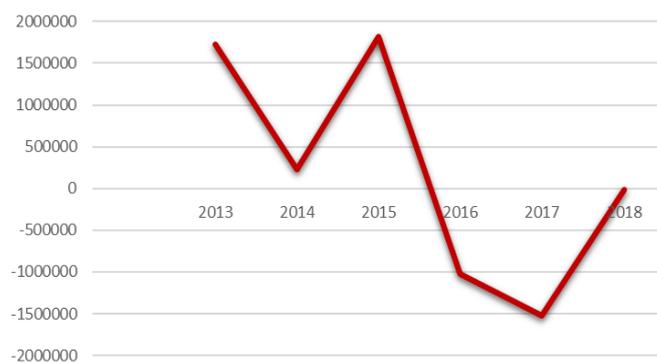
Nos gráficos seguintes pode-se avaliar a evolução dos resultados na evolução 2013-2018



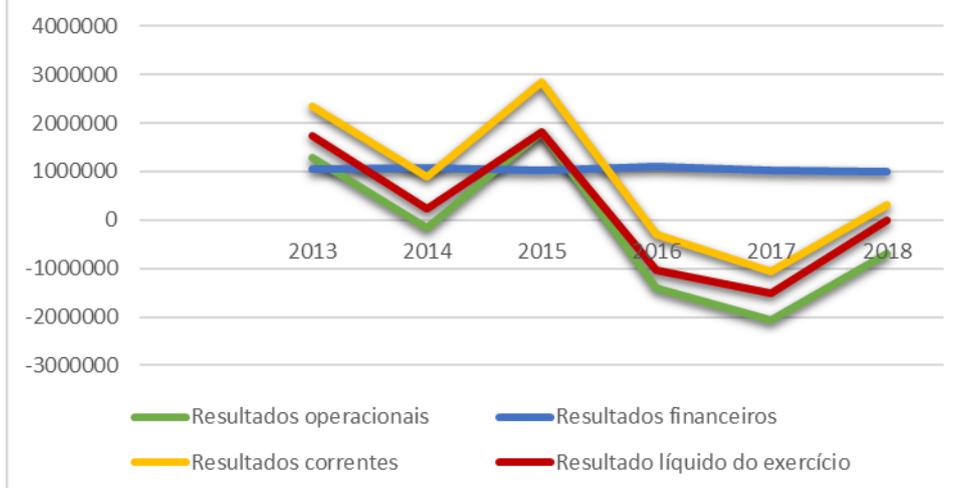
Resultados Correntes 2018



Resultado Líquido do Exercício 2018



Evolução 2013-2018



2.32 - Demonstração de resultados financeiros

Demonstração de Resultados Financeiros

Código	Exercício		Código	Exercício	
Contas	2018	2017	Contas	2018	2017
681	Juros suportados		781	Juros obtidos	
	72.289,72	12.519,20			18,23
682	Perdas em entidades participadas		782	Ganhos em entidades participadas	
		0			
683	Amortizações de investimentos em imóveis		783	Rendimentos de imóveis	
		0		1.090.852,52	1.050.108,76
684	Provisões para aplicações financeiras		784	Rendimentos de participações de capital	
		0			695,68
685	Diferenças de câmbios desfavoráveis		785	Diferenças de câmbios desfavoráveis	
		0			
687	Perdas na alienação de aplicaç. tesouraria		787	Ganhos na alienação de aplicaç. tesouraria	
		0			
688	Outros custos e perdas financeiras		788	Outros proveitos e ganhos financeiros	
	10.907,94	9.213,65			
RESULTADOS FINANCEIROS					
	1.007.654,86	1.029.089,82			
Total			Total		
	1.090.852,52	1.050.822,67		1.090.852,52	1.050.822,67

Os resultados financeiros mantiveram a tendência decrescente relativamente a 2017, no valor de 21 mil euros.

2.33 - Demonstração de resultados extraordinários

Demonstração de Resultados Extraordinários

Código		Exercício		Código		Exercício	
Contas	Custos e perdas	2018	2017	Contas	Proveitos e ganhos	2018	2017
691	Transferências de capital concedidas	598.161,17	943.286,81	791	Restituição de impostos		
692	Dívidas incobráveis			792	Recuperação de dívidas		
693	Perdas em existências	44.796,61	7.966,95	793	Ganhos em existências		271,76
694	Perdas em imobilizações		526.680,14	794	Ganhos em imobilizações	27.239,44	937.771,76
695	Multas e penalidades	260,36	21.545,46	795	Benefícios em penalidades contratuais	4.666,21	6.843,21
696	Aumentos de amortizações e provisões			796	Reduções de amortizações e provisões	48.494,06	
697	Correções relativas a exercícios anteriores	145.052,90	49.720,53	797	Correções relativas a exercícios anteriores	102.634,45	39.528,40
698	Outros custos e perdas extraordinárias	4.500,57	139.474,43	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	282.045,09	233.130,52
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS		-327.692,36	-471.128,67				
Total		465.079,25	1.217.545,65	Total		465.079,25	1.217.545,65

3 - Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução

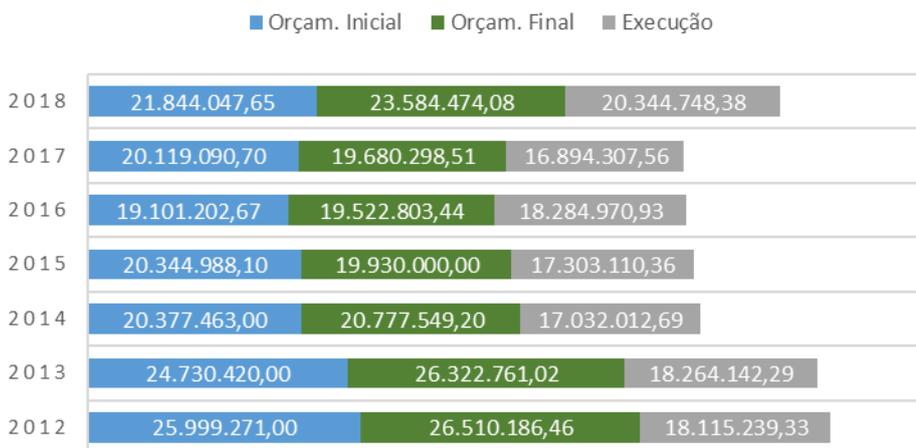
3.1. Evolução do orçamento

Nos quadros e gráficos seguintes podem observar-se as dotações iniciais e as corrigidas dos orçamentos dos anos compreendidos entre 2012 e 2018.

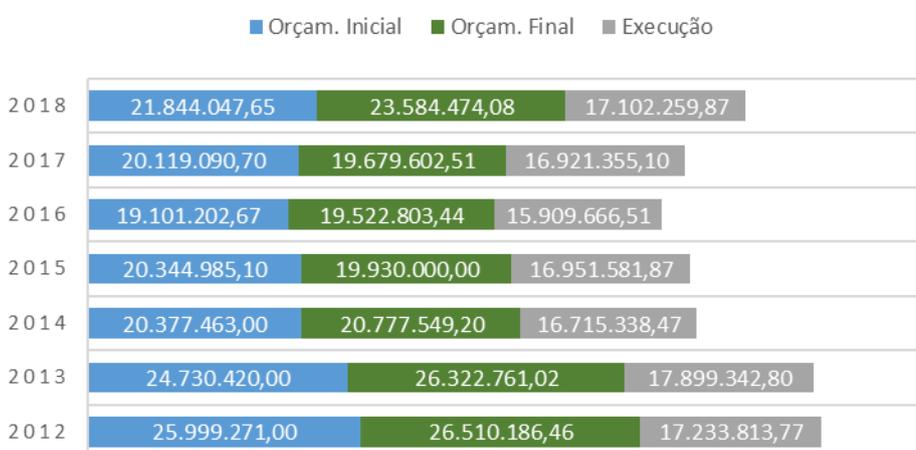
Un: Euro

Ano	Receita				Despesa			
	Orçam. Inicial	Orçam. Final	Execução	% Exec	Orçam. Inicial	Orçam. Final	Execução	% Exec
2012	25.999.271,00	26.510.186,46	18.115.239,33	68,33	25.999.271,00	26.510.186,46	17.233.813,77	65,01
2013	24.730.420,00	26.322.761,02	18.264.142,29	69,39	24.730.420,00	26.322.761,02	17.899.342,80	68,00
2014	20.377.463,00	20.777.549,20	17.032.012,69	81,97	20.377.463,00	20.777.549,20	16.715.338,47	80,45
2015	20.344.988,10	19.930.000,00	17.303.110,36	86,62	20.344.985,10	19.930.000,00	16.951.581,87	85,06
2016	19.101.202,67	19.522.803,44	18.284.970,93	93,66	19.101.202,67	19.522.803,44	15.909.666,51	81,49
2017	20.119.090,70	19.680.298,51	16.894.307,56	85,80	20.119.090,70	19.679.602,51	16.921.355,10	85,98
2018	21.844.047,65	23.584.474,08	20.344.748,38	86,26	21.844.047,65	23.584.474,08	17.102.259,87	72,51

EVOLUÇÃO RECEITA



EVOLUÇÃO DESPESA



No decorrer dos anos tem-se efetuado com o devido cuidado os ajustes necessários às dotações orçamentais iniciais por forma a que as dotações finais sejam mais próximas da execução, para atingir a meta de 85% de receita, e mantendo o devido equilíbrio orçamental.

3.2. Análise geral

O Orçamento Municipal para 2018 foi aprovado em 21.844.047,65 euros.

	Receita				Despesa			
	Orç. Inicial	Orç. Final	Execução	% Exec.	Orç. Inicial	Orç. Final	Execução	% Exec.
Corrente	16.337.941,00	15.520.635,31	16.264.378,80	104,79%	14.221.690,00	15.227.045,06	13.994.312,61	91,90%
Capital	5.486.106,65	5.397.106,65	1.405.411,38	26,04%	7.622.357,65	8.357.429,02	3.107.947,26	37,19%
Outras	20.000,00	2.666.732,12	2.658.635,35	99,70%				
Total	21.844.047,65	23.584.474,08	20.328.425,53	86,19%	21.844.047,65	23.584.474,08	17.102.259,87	72,51%

As dotações iniciais foram revistas pelas já referidas no ponto 42 alterações orçamentais e 4 revisões, uma das quais integrou o saldo da gerência anterior em 2.650.426,43 euros.

Assim, o valor das dotações finais corrigidas do orçamento situou-se em 23.584.474,08 euros.

A taxa de execução da receita foi de 86,19% no total das receitas arrecadadas no montante de 20.328.425,53 euros, contrapondo com 17.102.259,87 euros de despesa com 72,51% de execução.

3.3. Receita

O Orçamento da receita de 2018 apresentou um grau de execução da receita efetiva de 86%.

Un: Euro

Designação	Orç. Inicial	Orç. Final	Execução	% Exec.
Receitas Correntes	16.337.941,00	15.520.635,31	16.264.378,08	99%
Impostos diretos	2.751.000,00	2.555.694,31	2.973.020,13	101%
Impostos indiretos	45.200,00	42.200,00	40.288,89	105%
Taxas, multas e outras penalidades	194.000,00	189.000,00	155.484,21	140%
Rendimentos de propriedade	1.077.000,00	1.075.000,00	834.469,22	134%
Transferências correntes	10.408.741,00	10.408.741,00	10.130.168,18	96%
Vendas de bens e serviços correntes	1.802.000,00	1.193.000,00	2.087.356,85	91%
Outras receitas correntes	60.000,00	57.000,00	43.591,32	116%
Receitas de Capital	5.486.106,65	5.397.106,65	1.405.411,38	85%
Venda de bens de investimento	11.000,00	2.000,00	30.539,25	1%
Transferências de capital	3.167.119,00	3.167.119,00	1.369.864,91	102%
Ativos financeiros	1.500,00	1.500,00	1.637,95	66%
Passivos financeiros	850.000,00	770.000,00	0,00	0%
Outras receitas de capital	1.456.487,65	1.456.487,65	3.369,27	0%
Outras receitas	20.000,00	2.666.732,12	2.658.635,35	100%
Total	21.844.047,65	23.584.474,08	20.328.425,53	86%

O diferencial entre o valor da receita executada (20.328.425,53€) e a dotação corrigida (23.584.474,08€) foi de 3.256.048,55 euros, justificando a execução de 86%.

Nos capítulos da Receita pode-se destacar a Venda de Bens de Investimento e os Passivos Financeiros como os que menor execução registaram no ano 2018, logo seguida dos Ativos Financeiros com 66%. Nas restantes parcelas a execução foi superior a 90% e algumas excederam até os valores previsionais corrigidos.

Estrutura da Receita

No quadro seguinte representa-se a evolução 2013-2018 da receita:

Un: Euro

Designação	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 2013-2018	
							V. absoluta	%
Receitas Correntes	13.575.463,67	14.911.930,71	15.073.871,29	15.964.943,80	15.809.054,82	16.264.378,80	2.688.915,13	13,23%
Impostos diretos	2.356.382,39	2.512.362,60	2.174.882,20	2.389.808,08	2.320.031,82	2.973.020,13	616.637,74	3,03%
Impostos indiretos	36.974,60	35.301,56	36.328,27	37.466,54	41.476,09	40.288,89	3.314,29	0,02%
Taxas, multas e outras penalidades	82.386,92	115.697,71	102.040,56	123.820,87	191.589,96	155.484,21	73.097,29	0,36%
Rendimentos de propriedade	828.661,11	1.332.890,76	896.683,80	1.384.702,42	1.128.960,17	834.469,22	5.808,11	0,03%
Transferências correntes	8.577.070,98	9.293.943,80	9.793.569,61	9.840.022,64	10.073.132,92	10.130.168,18	1.553.097,20	7,64%
Venda de bens e serviços correntes	1.536.278,80	1.460.907,78	1.944.080,91	2.035.385,92	1.974.960,39	2.087.356,85	551.078,05	2,71%
Outras receitas correntes	157.708,87	160.826,50	126.285,94	153.737,33	78.903,47	43.591,32	-114.117,55	-0,56%
Receitas de Capital	3.293.639,47	1.625.364,28	1.874.602,97	1.886.913,40	1.053.787,73	1.405.411,38	-1.888.228,09	-9,29%
Venda de bens de investimento	49.429,89	31.368,79	53.624,53	4.292,95	203,25	30.539,25	-18.890,64	-0,09%
Transferências de capital	3.190.049,46	1.592.495,49	1.782.514,59	1.381.641,50	1.052.267,80	1.369.864,91	-1.820.184,55	-8,95%
Ativos financeiros	9.915,11	1.500,00	839,40	1.954,56	1.316,68	1.637,95	-8.277,16	-0,04%
Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	491.994,63	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outras receitas de capital	44.245,01	0,00	37.624,45	7.029,76	0,00		-44.245,01	-0,22%
Reposições	2.698,13	94.631,50	17.369,89	12.012,96	31.465,01	8.208,92	5.510,79	0,03%
Saldo da gerência anterior	1.392.341,02	400.086,20	337.266,21	421.100,77	2.398.303,27	2.650.426,43	1.258.085,41	6,19%
Total	18.264.142,29	17.032.012,69	17.303.110,36	18.284.970,93	19.292.610,83	20.328.425,53	2.064.283,24	



A receita total em 2018 foi superior em cerca de 2,06 mil euros relativamente a 2013, resultado das receitas correntes - transferências correntes, onde se inclui o FEF-corrente e outras. De salientar também o diferencial positivo do saldo da gerência transitado que ascendeu a 1,25 mil euros.

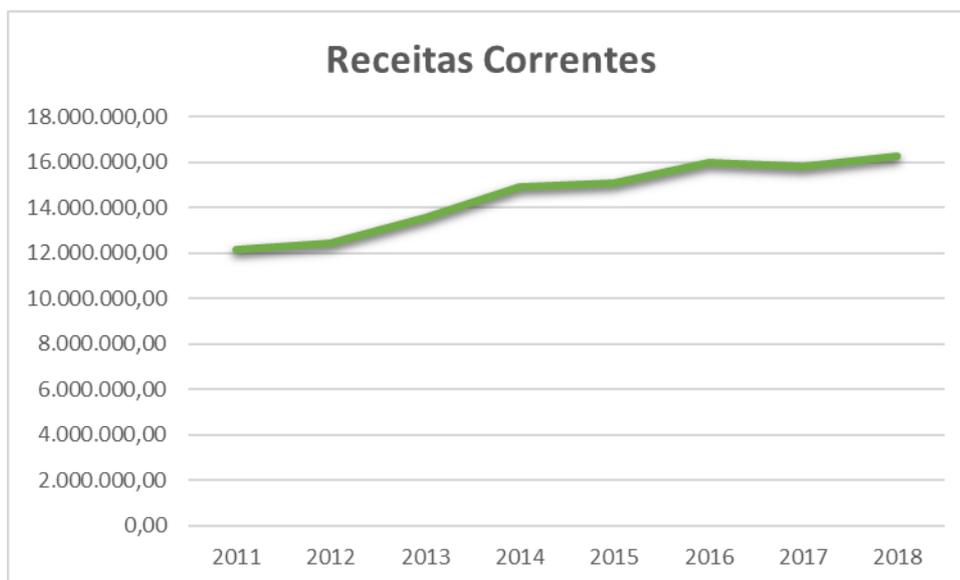
A rúbrica das receitas de capital - transferências de capital a variação é negativa, consequência de ser o ano de apresentação/aprovação de candidaturas para investimentos a serem iniciados num curto prazo.

Nas restantes rubricas as alterações quer negativas quer positivas foram geradoras de pouco valor.

3.4. Receitas correntes

Apesar da ligeira descida nas receitas correntes ocorrida de 2017 relativamente a 2016, confirmou-se a tendência de crescimento 2017-2018 (455.323,98€).

Evolução das Receitas Correntes



Estrutura da Receita Corrente

De destacar a contínua redução na receita no capítulo das transferências correntes e nos rendimentos de propriedade, bem como a subida na venda de bens e serviços e nos impostos diretos.

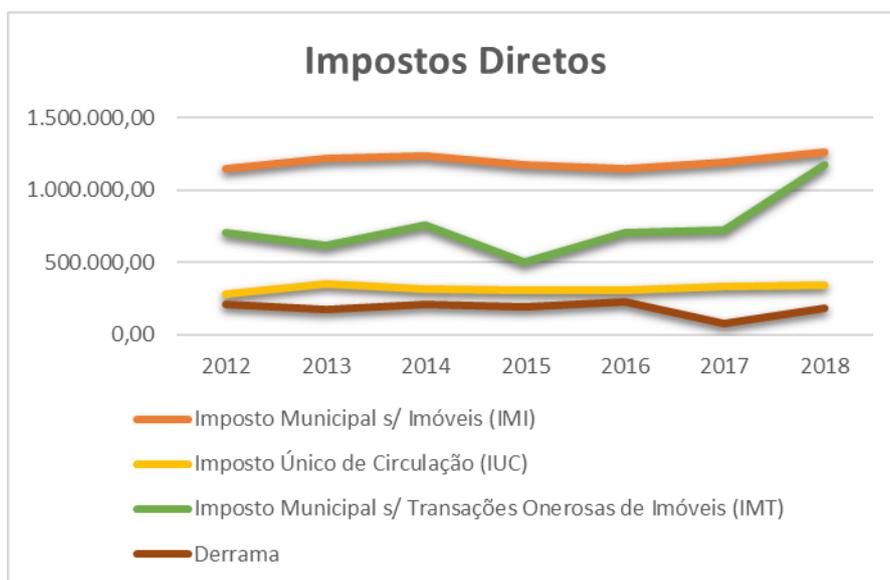
Un:Euro

Designação	2017	2018	Variação		Previsões	Desvio
			2018-2017			
			V. Absoluta	%		
Impostos diretos	2.320.031,82	2.973.020,13	652.988,31	28,15	2.555.694,31	417.325,82
Impostos indiretos	41.476,09	40.288,89	-1.187,20	-2,86	42.200,00	-1.911,11
Taxas, multas e outras penalidades	191.589,96	155.484,21	-36.105,75	-18,85	189.000,00	-33.515,79
Rendimentos de propriedade	1.128.960,17	834.469,22	-294.490,95	-26,09	1.075.000,00	-240.530,78
Transferências correntes	10.073.132,92	10.130.168,18	57.035,26	0,57	10.408.741,00	-278.572,82
Venda de bens e serviços correntes	1.974.960,39	2.087.356,85	112.396,46	5,69	1.193.000,00	894.356,85
Outras receitas correntes	78.903,47	43.591,32	-35.312,15	-44,75	57.000,00	-13.408,68
Total	15.809.054,82	16.264.378,80	455.323,98	2,88	15.520.635,31	743.743,49

Deve ser avaliado no quadro e gráfico seguintes a evolução da receita dos Impostos Diretos (2012-2018)

Un: Euro

Designação	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Imposto Municipal s/ Imóveis (IMI)	1.151.635,27	1.216.161,37	1.234.384,56	1.173.012,33	1.151.942,18	1.192.833,04	1.264.325,77
Imposto Único de Circulação (IUC)	278.398,48	350.571,90	314.874,82	303.111,10	307.291,14	333.335,03	344.905,34
Imposto Municipal s/ Transações Onerosas de Imóveis (IMT)	702.035,54	618.751,59	757.371,29	504.567,47	702.842,95	720.549,31	1.179.306,53
Derrama	208.617,82	170.897,53	205.731,93	194.191,30	227.731,81	73.314,44	184.482,49
Total	2.340.687,11	2.356.382,39	2.512.362,60	2.174.882,20	2.389.808,08	2.320.031,82	2.973.020,13



De igual forma a receita das Transferências Correntes resume-se no quadro seguinte (2012-2018)

Un: Euro

Designação	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	5.493.318,00	7.590.480,00	8.253.599,00	8.551.680,00	8.669.630,00	8.977.585,00	9.055.269,00
Fundo Social Municipal (FSM)	226.127,00	226.127,00	226.127,00	281.186,00	281.186,00	281.186,00	281.186,00
Participação Variável no IRS	755.495,00	442.486,00	454.327,00	542.643,00	538.316,00	496.903,00	571.885,00
Outras	296.586,43	294.590,97	359.890,80	294.718,01	303.205,19	301.479,44	163.942,85
Participação Comunitária / Projetos Co-Financiados	17.199,08	23.387,01	0	123.342,60	43.736,85	0,00	45.410,03
Serviços e Fundos Autónomos					3.948,60	15.979,48	12.475,30
Total	6.788.725,51	8.577.070,98	9.293.943,80	9.793.569,61	9.840.022,64	10.073.132,92	10.130.168,18

A principal nota a recolher desta avaliação é a de que o reforço na transferência do FEF foi contínuo e quanto à Participação Variável no IRS a variação reverteu para valores positivos, comparativamente a 2017.

Ao contrário, o decréscimo nas Outras em que apenas abarca os valores transferidos pela DGESTE – Direção Geral Estabelecimentos de Ensino relativamente à área educacional.

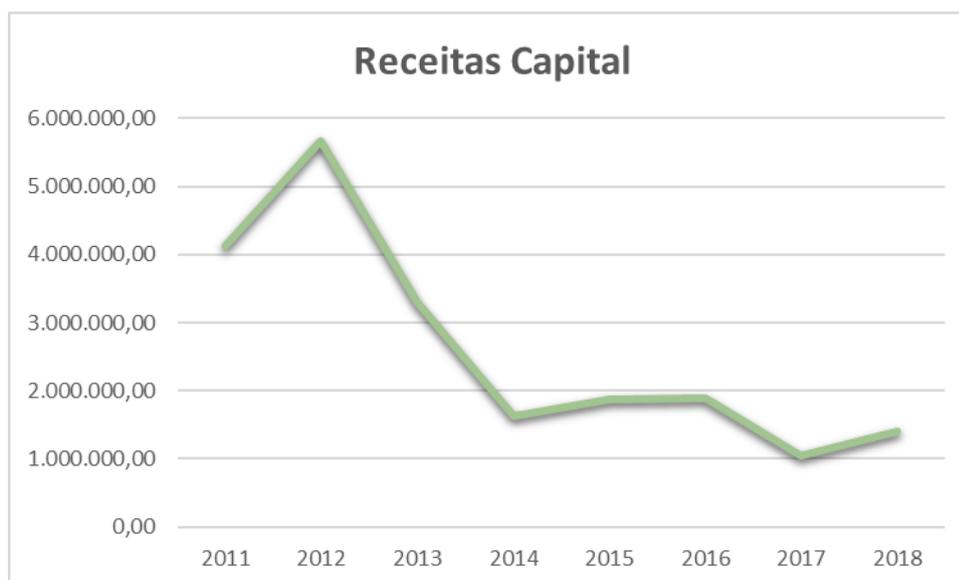
A Participação Comunitária em projetos co-financiados verificou um acerto dos valores por um ajuste na classificação das receitas obtidas.

Deu-se continuidade às transferências de outras entidades externas na rubrica de Serviços e Fundos Autónomos nomeadamente do Agrupamento de Escolas e do Instituto de Emprego e Formação Profissional e ainda da Turismo do Alentejo.

3.5. Receitas de capital

O ano de 2018 recuperou tenuemente a curva relativa ao montante transferido em receitas de capital comparativamente a 2017, em cerca de 351.623,65 euros.

Evolução da Receita de Capital



Estrutura da Receita de Capital

Apesar das candidaturas aprovadas, verificou-se algum atraso no arranque de procedimentos, alguns sujeitos a visto de tribunal de contas, para a realização de grandes obras no concelho, assim os valores de receita de financiamentos previstos na rubrica das transferências de capital ficou muito aquém.

Com o término do prazo para uso do valor do empréstimo contratado, não houve justificação por parte da despesa para se poder receber o valor residual disponível do empréstimo MLP.

Concluindo, as receitas de capital sofreram uma redução significativa total em cerca de 3.991.695,27 euros.

Un: Euro

Receitas de Capital	2017	2018	Variação 2018-2017		Previsões Corrigidas	Desvio Execução
			V. absoluta	%		
Venda de bens de investimento	203,25	30.539,25	30.336,00	14925,46	2.000,00	28.539,25
Transferências de capital	1.052.267,80	1.369.864,91	317.597,11	30,18	3.167.119,00	-1.797.254,09
Ativos Financeiros	1.316,68	1.637,95	321,27	24,40	1.500,00	137,95
Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	770.000,00	-770.000,00
Outras receitas de capital		3.369,27	3.369,27	100,00	1.456.487,65	-1.453.118,38
Total	1.053.787,73	1.405.411,38	351.623,65	15080,04	5.397.106,65	-3.991.695,27

Resultado de algumas das candidaturas aprovadas e pela sua execução, começam a ter, ainda que ligeiro, o seu reflexo financeiro nos financiamentos transferidos, justificando o acréscimo na rubrica da Participação Comunitária/Projetos Co-financiados, e ainda nas Outras em que se registou o apoio para o Município efetuar a aquisição de veículos serviços urbanos elétricos.

Também se verificou, ainda que com pouco significado, o reforço na transferência do valor do FEF Capital.

Un: Euro

Designação	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF - Capital)	3.443.105,00	1.878.057,00	910.111,00	950.187,00	963.292,00	997.509,00	1.006.141,00
Outras	0	2.453,16	15.187,27	28.640,41	0	10.122,59	74.746,35
Participação Comunitária / Projetos Co - Financiados (Capital)	2.206.695,66	1.309.539,30	667.197,22	803.687,18	418.349,50	44.636,21	288.977,56
Total	5.649.800,66	3.190.049,46	1.592.495,49	1.782.514,59	1.381.641,50	1.052.267,80	1.369.864,91

3.6. Despesa

O nível de execução orçamental da despesa centrou-se nos 73%, o que equivale a dizer 17.102.259,87 euros de pagamentos, conforme se verifica no quadro seguinte.

Os compromissos assumidos no exercício totalizaram 21.624.939,84 euros dos quais transitaram 4.522.679,97 euros por pagar.

Un: Euro

Designação	Orç. Inicial	Orç. Final	Execução	% Exec.
Despesas Correntes	14.221.690,00	15.227.045,06	13.994.312,61	59%
Despesas com o pessoal	7.891.920,00	6.776.996,00	6.767.388,72	29%
Aquisição de bens e serviços	3.996.050,00	5.889.397,46	5.039.805,53	21%
Juros e outros encargos	51.220,00	73.675,92	72.334,76	0%
Transferências correntes	1.326.000,00	1.991.706,72	1.705.010,71	7%
Outras Despesas correntes	956.500,00	495.268,96	409.772,89	2%
Despesas de Capital	7.622.357,65	8.357.429,02	3.107.947,26	13%
Aquisição de bens de capital	5.817.514,65	6.871.858,00	2.034.089,03	9%
Transferências de capital	1.522.722,00	1.214.928,65	808.415,86	3%
Ativos financeiros	92.121,00	92.121,00	92.121,00	0%
Passivos financeiros	190.000,00	178.321,37	173.321,37	1%
Outras Despesas de capital	0,00	200,00	0,00	0%
Total	21.844.047,65	23.584.474,08	17.102.259,87	73%

O total das despesas correntes pagas em 2018 foi de 13.994.312,61 euros equivalente a uma taxa de execução de 59%, e o total das despesas de capital pagas ficou no montante de 3.107.947,26 euros correspondente à execução de 18,17%.

Estrutura da Despesa

O quadro seguinte representa a evolução 2013-2018 da despesa:

Un: Euro

Designação	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 2013-2018	
							V. absoluta	%
Despesas Correntes	12.185.311,54	13.087.759,73	12.853.179,25	12.940.414,35	13.829.688,89	13.994.312,61	1.809.001,07	10,58
Despesas com o pessoal	6.434.211,74	6.612.634,13	6.467.177,57	6.216.251,50	6.353.911,82	6.767.388,72	333.176,98	0,02
Aquisição bens e serviços	4.067.182,54	4.797.112,99	4.344.756,21	4.174.869,31	4.650.570,85	5.039.805,53	972.622,99	0,06
Juros e outros encargos	76.691,44	113.724,39	37.610,89	12.501,89	49.733,88	72.334,76	-4.356,68	0,00
Transferências correntes	1.299.172,87	1.364.884,14	1.375.934,61	1.672.922,23	1.560.444,19	1.705.010,71	405.837,84	0,02
Outras despesas correntes	308.052,95	199.404,08	627.699,97	863.869,42	1.215.028,15	409.772,89	101.719,94	0,01
Despesas de Capital	5.714.031,26	3.627.578,74	4.098.402,62	2.969.252,16	3.091.666,21	3.107.947,26	-	-0,15
Aquisição bens de capital	4.556.706,39	2.312.537,70	1.937.472,71	1.479.315,49	1.711.638,85	2.034.089,03	2.522.617,36	-0,15
Transferências de capital	754.901,76	905.113,74	1.718.653,35	851.629,80	1.049.760,07	808.415,86	53.514,10	0,00
Ativos financeiros	0	5.272,62	122.828,00	122.828,00	126.877,00	92.121,00	92.121,00	0,01
Passivos financeiros	402.423,11	404.654,68	319.448,56	233.045,97	203.390,29	173.321,37	-229.101,74	-0,01
Outras despesas capital	0	0	0	282.432,90	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	17.899.342,80	16.715.338,47	16.951.581,87	15.909.666,51	16.921.355,10	17.102.259,87	-797.082,93	



A linha de crescimento das despesas correntes e de capital continua em subida, no entanto apenas nas correntes se verifica uma variação positiva ao contrário da variação negativa nas de capital.

Comparando o período 2013-2018, foi pela rubrica de aquisição de serviços que o diferencial da despesa paga atingiu maior relevância, seguida das transferências correntes e das despesas com o pessoal.

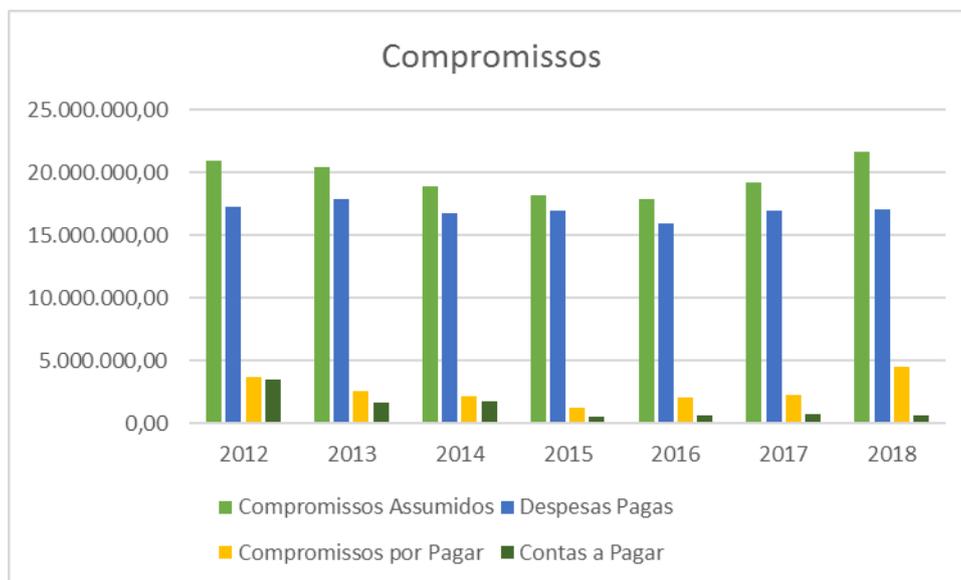
No mesmo período de avaliação, as despesas de capital viram a sua maior redução nas aquisições de bens e nos encargos dos passivos financeiros, mas se avaliarmos a relação 2018-2017 as aquisições de bens foram significativas tendo em conta as diversas empreitadas no concelho inseridas em projetos financiados como exemplo do *Life Lines* na implementação de dispositivos de proteção animal em estradas municipais, as obras de adaptação do edifício e reinstalação do novo *datacenter*, obras de recuperação e melhoria de estradas e caminhos no concelho, aquisição de viaturas, sinalização viária, aparelhos de climatização para os serviços, elaboração de projetos diversos, equipamentos de topografia, e ainda a regularização do acordo de dívida prestacional estabelecido judicialmente com a Tecnovia.

No entanto, a nível global o valor orçamental pago em 2018 ficou abaixo do valor de 2013 em cerca de 797,08 mil euros, demonstrando uma maior relação entre a despesa real e o orçamentado.

Muito embora o montante dos compromissos assumidos e compromissos por pagar tenham sofrido um acréscimo muito significativo de 2017 para 2018, mais de 2,43 mil euros e 2,25 mil euros de aumento respetivamente, deve-se ter em conta que as despesas pagas e as contas a pagar sofreram o inverso, isto é, ocorreu uma acentuada diminuição nos pagamentos efetuados e na despesa registada de curto prazo.

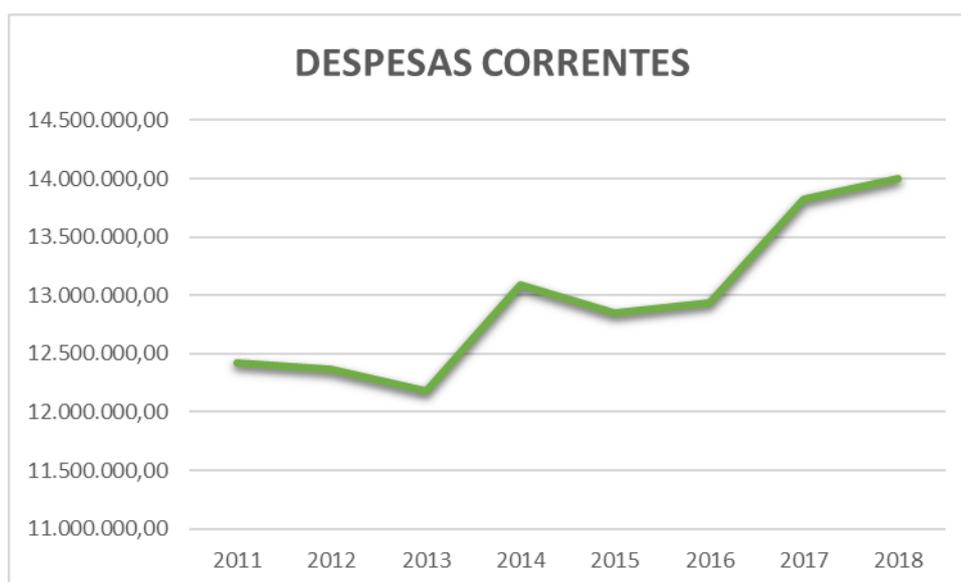
Un: Euro

Ano	Compromissos Assumidos	Despesas Pagas	Compromissos por Pagar	Contas a pagar
2012	20.915.658,78	17.233.813,77	3.681.845,01	3.508.366,66
2013	20.426.634,75	17.899.342,80	2.527.291,95	1.595.036,78
2014	18.894.145,97	16.715.338,47	2.178.807,50	1.768.980,24
2015	18.217.407,33	16.951.581,87	1.265.825,46	556.107,76
2016	17.901.190,00	15.909.666,51	1.991.523,49	570.318,34
2017	19.194.697,42	16.921.355,10	2.273.342,32	755.326,70
2018	21.624.939,84	17.102.259,87	4.522.679,97	587.132,66



3.7. Despesas correntes

A evolução da despesa corrente do município demonstra-se no gráfico seguinte.



Estrutura da Despesa Corrente

De destacar a subida na rubrica das despesas com o pessoal em cerca de 413.476,90 euros, muito justificada ao abrigo da legislação que permitiu a integração dos precários chamados “prestadores de serviços em regime de recibo verde”, e também na aquisição de bens e serviços que totalizaram mais 389.234,68 euros.

Ocorreu uma redução muito significativa nas outras despesas correntes, superior ao somatório daquelas duas rubricas que aumentaram. Nas restantes rubricas de juros e encargos e transferências a oscilação teve pouco significado.

Un: Euro

Designação	2017		2018		Variação 2018-2017	
	€	%	€	%	V. Absoluta	%
Despesas com o pessoal	6.353.911,82	45,94	6.767.388,72	48,36	413.476,90	6,51
Aquisição de bens e serviços	4.650.570,85	33,63	5.039.805,53	36,01	389.234,68	8,37
Aquisição de bens	1.290.201,86	9,33	1.193.585,68	8,53	-96.616,18	-7,49
Aquisição de serviços	3.360.368,99	24,30	3.846.219,85	27,48	485.850,86	14,46
Juros e outros encargos	49.733,88	0,36	72.334,76	0,52	22.600,88	45,44
Transferências	1.560.444,19	11,28	1.705.010,71	12,18	144.566,52	9,26
Administração local	405.975,41	2,94	458.670,79	3,28	52.695,38	12,98
Outras entidades	1.154.468,78	8,35	1.246.339,92	8,91	91.871,14	7,96
Outras despesas correntes	1.215.028,15	8,79	409.772,89	2,93	-805.255,26	-66,27
Total	13.829.688,89	100,00	13.994.312,61	100,00	164.623,72	1,19

A integração de prestadores de serviços precários no quadro de pessoal reflete-se no aumento das despesas com o pessoal, abonos e correspondente encargos sociais.

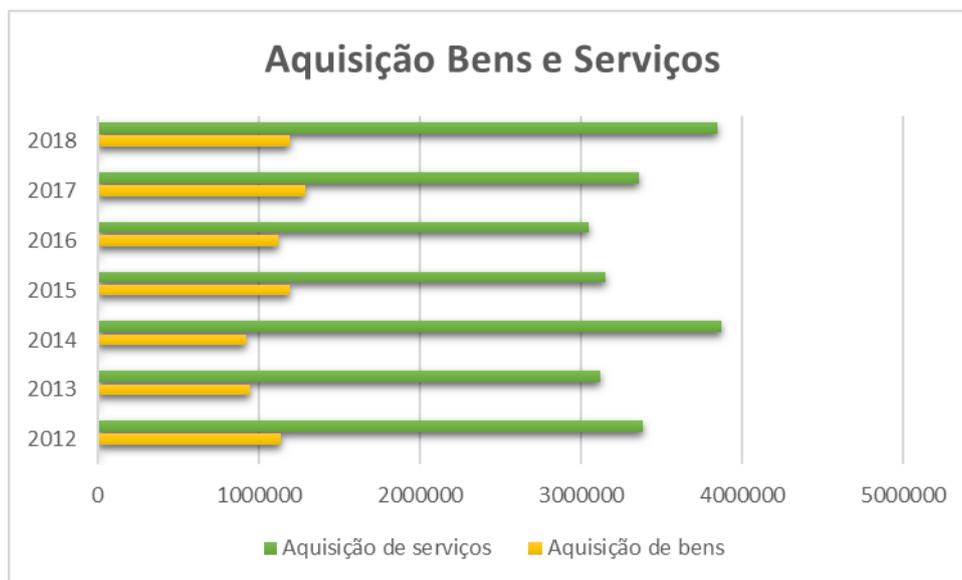
Un: Euro

Designação	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Remunerações certas e permanentes	4.974.000,72	4.749.858,61	4.737.938,68	4.679.209,48	4.565.776,91	4.621.737,54	4.935.438,20
Abonos variáveis ou eventuais	313.624,53	344.862,62	277.400,98	287.057,71	280.627,39	313.882,71	344.671,46
Segurança social	1.205.728,55	1.339.490,51	1.597.294,47	1.500.910,38	1.369.847,20	1.418.291,57	1.487.279,06
Total	6.493.353,80	6.434.211,74	6.612.634,13	6.467.177,57	6.216.251,50	6.353.911,82	6.767.388,72

As aquisições de bens correntes diminuíram, e contrariamente as aquisições de serviços foram reforçadas em quase 500 mil euros.

Un: Euro

Designação	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Aquisição de bens	1.137.753,43	947.507,61	922.345,82	1.193.679,31	1.123.363,82	1.290.201,86	1.193.585,68
Aquisição de serviços	3.382.222,65	3.119.674,93	3.874.767,17	3.151.076,90	3.051.505,49	3.360.368,99	3.846.219,85
Total	4.519.976,08	4.067.182,54	4.797.112,99	4.344.756,21	4.174.869,31	4.650.570,85	5.039.805,53

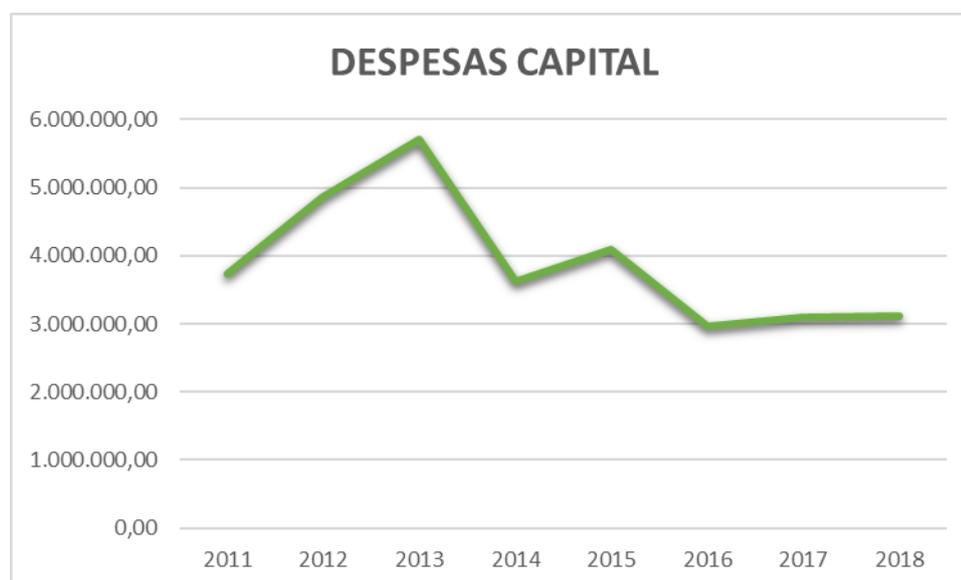


No gráfico a oscilação da aquisição de bens é pouca, no entanto continua com valores inferiores comparativamente à aquisição de serviços.

3.8. Despesas de capital

Em 2018 o valor das despesas de capital manteve-se nos 3.107.947,26 euros, valores que se têm mantido pouco oscilantes desde 2016 conforme se verifica no gráfico seguinte.

Evolução da Despesa Capital



Estrutura da Despesa de Capital

Foi crescente a execução em 2018 no que se refere às aquisições de bens de capital, em concreto foram cerca de 63,47% do valor total das despesas de capital (3.107.947,26 euros), ao contrário a execução das transferências de capital sofreram uma redução para os 26,01%. Com significado pouco relevante ficaram os ativos, os passivos financeiros, sendo que não teve qualquer execução nas outras despesas de capital.

Un: Euro

Designação	2014		2015		2016		2017		2018		Variação 2017-2018	
	Execução	%	Valor	%								
Investimentos	2.312.537,70	63,8	1.937.472,71	47,3	1.415.935,98	47,7	1.621.369,56	52,44	1.972.739,59	63,47	351.370,03	11,31
Terrenos	13.322,61	0,37	35.066,19	0,86	0		25.574,31	0,83	0,00	0,00	-25.574,31	-0,82
Habitações, edifícios e outras construções	1.664.834,06	45,89	1.518.444,49	37,05	1.110.856,29	37,41	769.112,72	24,88	1065707,41	34,29	296.594,69	9,54
Material de transporte	102.294,37	2,82	17.198,54	0,42	71.579,44	2,41	32.595,01	1,05	128661,79	4,14	96.066,78	3,09
Maquinaria e equipamento	319.561,10	8,81	94.041,23	2,29	152.469,59	5,14	258.113,98	8,35	483004,00	15,54	224.890,02	7,24
Outros	212.525,56	5,86	272.722,26	6,65	81.030,66	2,73	535.973,54	17,34	295366,39	9,50	-240.607,15	-7,74
Transferências	905.113,74	25	1.718.653,35	41,9	851.629,80	28,7	1.049.760,07	33,95	808.415,86	26,01	-241344,21	-7,77
Administração local	195.267,07	5,38	284.743,45	6,95	315.123,25	10,61	523.967,44	16,95	298822,62	9,61	-225.144,82	-7,24
Outras entidades	709.846,67	19,57	1.433.909,90	34,99	536.506,55	18,07	525.792,63	17,01	509593,24	16,40	-16.199,39	-0,52
Locação Financeira					63.379,51	2,14	90.269,29	2,92	61349,44	1,97	-28.919,85	-0,93
Ativos financeiros	5.272,62	0,15	122.828,00	3	122.828,00	4,14	126.877,00	4,10	92121,00	2,96	-34.756,00	-1,12
Passivos financeiros	404.654,68	11,15	319.448,56	7,79	233.045,97	7,84	203.390,29	6,58	173321,37	5,58	-30.068,92	-0,97
Outras despesas de capital	0	0	0	0	282.432,90	9,51	0,00	0	0	0	0,00	0,00
Total	3.627.578,74	100,0	4.098.402,62	100,0	2.969.252,16	100,0	3.091.666,21	100,0	3.107.947,26	100,0	16.281,05	

Resumindo, relativamente à execução de 2018 apenas os investimentos tiveram um crescimento positivo na ordem de 11,31% sendo que as restantes rubricas tiveram um decréscimo na confrontação com 2017.

3.9. Grandes Opções do Plano

3.9.1 Plano de Atividades

No orçamento municipal de 2018 foram introduzidas no Plano de Atividades duas ações/projetos que contemplam os valores dos Acordos de Execução e Contratos Interadministrativos, bem como os Protocolos de Cooperação, estabelecidos com as Juntas de Freguesia do Concelho.

3.9.2 Plano Plurianual de Investimentos

Na execução do PPI, as funções com maior destaque são as Funções Gerais com 95,32%, em que se agrega a continuidade do apoio financeiro protocolado por parte do Município com a Associação Humanitária dos Bombeiros para a obra da “Construção do Quartel”, a aquisição de diversos equipamentos nomeadamente de topografia para os serviços da câmara, e ainda a comparticipação - reduzida ao abrigo do estipulado legalmente – para o Fundo de Apoio Municipal (FAM).

No grupo das Funções Sociais, a “Parceria no Sistema Público de Parceira Integrado de Águas do Alentejo”, intervenções em cemitérios, a “Aquisição de Equipamento” para a melhoria de funcionamento do “Canil

Municipal” e de outros serviços como a Biblioteca, a Oficina da Criança, equipamentos de prática desportiva ou até o Cine Teatro Curvo Semedo e ainda a aquisição de “Equipamento de Deposição de Resíduos”, por forma a poder prestar um melhor serviço à população. O projeto mais relevante esteve a cargo da implementação do *Life Lines* direcionado para a conservação da natureza, e que concretizou a “Implementação de Dispositivos de Proteção Animal em Estradas Municipais”, ou a “Beneficiação do Núcleo de Interpretação Ambiental de S. Cristóvão em Baldios”.

Para as Outras Funções destaca-se a integração no “Programa Intermunicipal de Modernização Administrativa” em colaboração com a CIMAC, também a “Aquisição de *Hardware*, *Software* e a Rede Estruturada” foram objetivos distintos, mas principalmente a “Construção de Instalações Municipais para os Serviços” e “Obras Diversas em Instalações Municipais” que implicam melhorias nas acessibilidades que os serviços vão ter ao seu dispor.

As Funções Económicas, onde estão incluídos os PPI’s para “Aquisição de Viaturas”, “Aquisição de Máquinas Diversas” e ainda o da “Freguesias – Infraestruturas Pavimentações e Passeios”, em que a execução de 45,43% realça a importância nesta área.

No quadro seguinte visualiza-se a situação aqui resumida.

Un: Euro

Funções	Designação	2017			2018		
		Dotação Final	Execução	% Exec	Dotação Final	Execução	% Exec
1.	FUNÇÕES GERAIS	593.477,87	518.177,11	87,31	211.853,15	201.947,72	95,32
1.1.	Serviços gerais da administração pública	460.903,83	385.603,07	83,66	138.399,06	131.815,75	95,24
1.2.	Segurança e ordem pública	132.574,04	132.574,04	100,00	73.454,09	70.131,97	95,48
2.	FUNÇÕES SOCIAIS	2.225.764,14	1.272.731,83	57,18	2.445.373,20	1.110.970,42	45,43
2.1.	Educação	134.623,24	45.832,64	34,05	751.843,13	65.600,18	8,73
2.3.	Segurança e ação sociais	177.609,09	175.312,59	98,71	212.225,42	128.499,95	60,55
2.4.	Habitação e serviços coletivos	1.139.792,52	405.813,70	35,60	985.775,49	637.700,60	64,69
2.5.	Serviços culturais, recreativos e religiosos	773.739,29	645.772,90	83,46	495.529,16	279.169,69	56,34
3.	FUNÇÕES ECONÓMICAS	1.208.857,61	504.447,74	41,73	3.973.193,86	808.673,84	20,35
3.1.	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca				0,00	0,00	0,00
3.2.	Indústria e energia	0,00	0,00	0,00	53.539,73	0,00	0,00
3.3.	Transportes e comunicações	1.193.096,68	488.686,81	40,96	2.234.643,20	696.376,46	31,16
3.4.	Comércio e turismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.	Outras funções económicas	15.760,93	15.760,93	100,00	1.685.010,93	112.297,38	6,66
4.	OUTRAS FUNÇÕES	517.490,79	476.345,50	92,05	762.529,32	291.651,71	38,25
	Total	4.545.590,41	2.771.702,18	60,98	7.392.949,53	2.413.243,69	32,64

O peso das funções no total da execução do PPI foi como se apresenta:

Funções	Designação	Execução	%
1.	FUNÇÕES GERAIS	201.947,72	8,37
2.	FUNÇÕES SOCIAIS	1.110.970,42	46,04
3.	FUNÇÕES ECONÓMICAS	808.673,84	33,51
4.	OUTRAS FUNÇÕES	291.651,71	12,09
Total		2.413.243,69	100

3.10 – Contratação Administrativa

Os Documentos de Prestação de Contas contemplam em anexo o mapa demonstrativo da contratação.

3.11 – Transferências e Subsídios

Os Documentos de Prestação de Contas contemplam em anexo os mapas relativos a transferências e subsídios do ano 2018.

3.12 – Aplicação de ativos de rendimento fixo e variável

Não existem

3.13 – Endividamento

Faz parte integrante dos Documentos de Prestação de Contas o mapa de empréstimos a médio e longo prazo.

Quanto ao cálculo do limite da dívida orçamental para 2018, ao abrigo das novas regras estabelecidas pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI), pode ser verificado no quadro seguinte:

Limite de dívida orçamental

Un: Euro				
Designação	2015	2016	2017	2018
Receita corrente líquida	15.073.871,00	15.964.944,00	15.809.055,00	16.264.379
Média receita corrente (2015/2016/2017)				15.615.957
Média receita corrente (2016/2017/2018)				16.012.793
Limite da dívida total a 31/12/2018				23.423.935
Limite da dívida total a 01/01/2019				24.019.189
<u>Dívida total</u>				
	22			289.983
	23			941.977
	24			342.778
	26			1.088.627
SOMA				2.663.365
Operações tesouraria				378.050
Fundo de Apoio Municipal (FAM)				92.122
Dívida que releva				2.193.193
Margem de endividamento a 31/12/2018				21.230.742
Margem utilizável a 31/12/2018				4.246.148
Margem de endividamento a 01/01/2019				21.825.996
Margem utilizável a 01/01/2019				4.365.199

Da análise dos valores apurados verifica-se que a capacidade de endividamento do Município, situou-se no final de 2018 em 23.423.935 € a que correspondia uma margem utilizável de 4.246.148 €.

Tendo em conta que o cálculo do limite da dívida é efetuado em função da média da receita corrente líquida dos 3 exercícios anteriores a situação financeira evidencia que o município inicia o exercício de 2019 com uma dívida de apenas 9,13% da média da receita corrente líquida do triénio 2016/2018, significando isto que tem uma margem de endividamento de 21,825 milhões de euros e dos quais pode utilizar no próximo exercício o montante de 4,365 milhões de euros, situação que evidencia uma saúde financeira reforçada.

3.14 – Pagamentos em atraso

A finalidade da LCPA - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso de uma situação financeira municipal de “inexistência de pagamentos em atraso” foi alcançada no final de 2014. Desde então que o Município de Montemor se congratula pela sua manutenção nessa estabilidade, em que os fornecedores são ressarcidos com a normal regularidade, impondo ao Município um estreito controle financeiro.

O quadro seguinte apresenta a evolução 2014-2018 e o mapa dos pagamentos em atraso encontra-se anexo ao presente relatório.

Pagamentos em Atraso em 2014		Passivo	Contas a Pagar	91-120 dias	121-240 dias	241-360 dias	+360dias	Total
CE01	Despesas com pessoal	83.955,90	3.657,07					
CE02	CE02 - Aq. Bens e serviços correntes	638.305,25	638.305,25					
CE03	CE03 - Juros e outros encargos	64.661,87	64.661,87					
CE04	Transferências Correntes	38.630,40	38.630,40					
CE06	CE06 - Outras despesas correntes	84.624,58	84.624,58					
CE07	CE07 - Aq. Bens e serviços de capital	1.159.585,51	539.407,70					
CE08	Transferências de capital	399.693,37	399.693,37					
	Total	2.469.456,88	1.768.980,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pagamentos em Atraso em 2015		Passivo	Contas a Pagar	91-120 dias	121-240 dias	241-360 dias	+360dias	Total
CE01	Despesas com pessoal	3.824,74	3.824,74					
CE02	CE02 - Aq. Bens e serviços correntes	352.673,52	352.673,52					
CE03	CE03 - Juros e outros encargos	35.743,79	35.743,79					
CE04	Transferências Correntes	5.917,30	5.917,30					
CE06	CE06 - Outras despesas correntes	41.392,42	41.392,42					
CE07	CE07 - Aq. Bens e serviços de capital	708.536,34	88.358,53					
CE08	Transferências de capital	28.197,46	28.197,46					
	Total	1.176.285,57	556.107,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pagamentos em Atraso em 2016		Passivo	Contas a Pagar	91-120 dias	121-240 dias	241-360 dias	+360dias	Total
CE01	Despesas com pessoal	2.388,95	2.388,95					
CE02	CE02 - Aq. Bens e serviços correntes	214.938,76	214.938,76					
CE03	CE03 - Juros e outros encargos	37.174,05	37.174,05					
CE04	Transferências Correntes	13.575,04	13.575,04					
CE06	CE06 - Outras despesas correntes	105.844,95	105.844,95					
CE07	CE07 - Aq. Bens e serviços de capital	714.650,04	183.403,60					
CE08	Transferências de capital	12.992,99	12.992,99					
	Total	1.101.564,78	570.318,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pagamentos em Atraso em 2017		Passivo	Contas a Pagar	91-120 dias	121-240 dias	241-360 dias	+360dias	Total
CE01	Despesas com pessoal	2.511,99	2.511,99					
CE02	CE02 - Aq. Bens e serviços correntes	259.564,91	259.564,91					
CE03	CE03 - Juros e outros encargos	10,96	10,96					
CE04	Transferências Correntes	0,00	0,00					
CE06	CE06 - Outras despesas correntes	73.312,08	73.312,08					
CE07	CE07 - Aq. Bens e serviços de capital	891.909,40	360.662,96					
CE08	Transferências de capital	59.263,80	59.263,80					
	Total	1.286.573,14	755.326,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pagamentos em Atraso em 2018		Passivo	Contas a Pagar	91-120 dias	121-240 dias	241-360 dias	+360dias	Total
CE01	Despesas com pessoal							
CE02	CE02 - Aq. Bens e serviços correntes	278.148,76	278.148,76					
CE03	CE03 - Juros e outros encargos							
CE04	Transferências Correntes	12.400,29	12.400,29					
CE06	CE06 - Outras despesas correntes	13.300,40	13.300,40					
CE07	CE07 - Aq. Bens e serviços de capital	462.949,13	275.418,41					
CE08	Transferências de capital	7.864,80	7.864,80					
	Total	774.663,38	587.132,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

4 – Evolução da Situação Financeira e Económica

4.1 – Evolução da Estrutura – Análise do Balanço

O Balanço reflete a situação económico-financeira da entidade.

Contrariamente ao ano anterior, o Balanço verificou uma evolução decrescente registada ao nível do ativo líquido diretamente relacionada com a diminuição dos bens do domínio público e dos investimentos financeiros e ainda dos valores das provisões, apesar do aumento nas amortizações.

Un: Euro

ACTIVO LIQUIDO		2018	2017
	Imobilizado		
	Bens de domínio público		
451	Terrenos e recursos naturais	138.888,56	138.888,56
452	Edifícios		
453	Outras construções e infra-estruturas	9.433.645,13	10.973.857,98
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	66.349,13	66.349,13
459	Outros bens de domínio público		
445	Imobilizações em curso	1.747.302,07	1.198.626,77
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00
		11.386.184,89	12.377.722,44
	Imobilizações incorpóreas		
431	Despesas de instalação	17.220,00	34.440,00
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	57.750,96	8.462,40
433	Propriedade industrial e outros direitos	0,00	127,92
443	Imobilizações em curso	346.068,63	281.975,05
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00
		421.039,59	325.005,37
	Imobilizações corpóreas		
421	Terreno e recursos naturais	14.756.430,49	14.756.430,49
422	Edifícios e outras construções	17.487.503,51	18.002.991,63
423	Equipamento básico	697.950,12	690.645,83
424	Equipamento de transporte	472.387,57	446.069,25
425	Ferramentas e utensílios	26.036,35	21.402,42
426	Equipamento administrativo	202.454,63	187.729,88
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	31.538,57	38.914,06
442	Imobilizações em curso	514.915,03	583.999,86
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00
		34.189.216,27	34.728.183,42
	Investimentos financeiros		
411	Partes de capital	0,00	0,00
412	Obrigações e títulos de participação	552.727,00	859.797,72
414	Investimentos em imóveis	0,00	0,00
415	Outras aplicações financeiras	0,00	0,00
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00

447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00
		552.727,00	859.797,72
	Circulante		
	Existências		
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	150.933,13	168.841,67
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00
33	Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00
32	Mercadorias	0,00	0,00
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00
		150.933,13	168.841,67
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo		
	Dívidas de terceiros - Curto prazo		
28	Empréstimos concedidos	4.014,23	5.652,18
211	Clientes, c/c	142.184,31	113.449,18
212	Contribuintes, c/c	18.759,98	22.363,10
213	Utentes, c/c	27.781,97	22.995,32
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	6.000,00	6.000,00
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00
24	Estado e outras entes públicas	0,00	4.970,11
262+263+266+267+268	Outros devedores	339.022,19	97.469,29
		537.762,68	272.899,18
	Títulos negociáveis		
151	Acções	0,00	0,00
152	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00
153	Títulos de dívida pública	0,00	0,00
159	Outros títulos	0,00	0,00
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00
	Depósitos em instituições financeiras e caixa		
12	Depósitos em instituições financeiras	3.618.267,93	3.008.134,67
11	Caixa	2.270,91	6.079,32
		3.620.538,84	3.014.213,99
	Acréscimos e diferimentos		
271	Acréscimos de proveitos	1.721.087,91	1.458.213,82
272	Custos diferidos	350,00	49.912,46
		1.721.437,91	1.508.126,28
	Total de amortizações	85.577.486,70	82.696.811,06
	Total de provisões	687.504,19	738.220,64
	Total do activo	52.579.840,31	53.254.790,07

FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO		2018	2017
51	Património	99.506.607,49	99.506.607,49
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	0,00	0,00
56	Reservas de reavaliação	0,00	0,00
	Reservas :		
571	Reservas legais	1.408.054,74	1.408.054,74
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres	1.408.054,74	1.408.054,74
575	Subsídios		
576	Doações	11.657,00	11.657,00
577	Reservas decorrentes de transferências de activos		
59	Resultados transitados	-63.525.699,96	-62.517.389,85
88	Resultados líquido do exercício	-15.522,13	-1.520.337,81
		38.793.151,88	38.296.646,31
	Passivo :		
292	Provisões para riscos e encargos	200.000,00	200.000,00
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo		
2312	Empréstimos de Médio e longo prazo	707.095,54	941.976,91
2613	Fornecedores Leasing		34.523,53
2615	Outros Forn de imobilizado MLP		
	Dívidas a terceiros - Curto prazo :		
217	Clientes e utentes, c/cauções	0,00	0,00
2681	Credores Diversos - FAM	30.708,00	368.484,72
269	Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00
2311+23122	Empréstimos de Curto Prazo	234.881,37	173.321,37
221	Fornecedores, c/c	45.746,32	43.970,96
222	Fornecedores c/c - Factoring	34.625,09	67.761,90
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	357.398,54	706.048,74
252	Credores pela execução do orçamento		
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	351.537,16	535.653,44
2614	Outros Forn de imobilizado	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	342.778,00	306.547,35
2618	Cauções empreitadas		
217+262+263+267+268	Outros credores	558.594,88	628.562,94
	Acréscimos e diferimentos :		
273	Acréscimos de custos	1.049.179,01	996.915,87
274	Proveitos diferidos	9.874.144,52	9.954.376,03
	Total do passivo	13.786.688,43	14.958.143,76
	Total dos fundos próprios e do passivo	52.579.840,31	53.254.790,07

5 - Aplicação de resultados

De acordo com o estabelecido no POCAL propõe-se que o resultado líquido apurado no decorrer do exercício de 2018 no montante negativo de 15.522,13 € seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

15 de Abril 2019

A Presidente

Hortênsia Menino